

2.

1561-1574

Um duplo início: das guerras de religião e da primeira tentativa de elaboração da tolerância civil

Ao assumir a chancelaria na França, em maio de 1560, o humanista Michel de L'Hospital mantinha a convicção, consagrada pela experiência monárquico-religiosa medieval, de que não se poderia permitir, sem grave prejuízo para o reino, a existência nele de uma segunda religião, além da católica. Na abertura dos Estados Gerais de Orléans, em dezembro de 1560, o chanceler responde à questão sobre a possibilidade da coabitação de duas religiões lembrando o axioma que guiava tradicionalmente o governo temporal na França, *une foi, une loi, un roi*. A sua opção era pela manutenção da unidade religiosa e da relação habitual entre a religião e a monarquia. Segundo L'Hospital, a diversidade de religiões em um reino era pernicioso, e seria mesmo

Folie d'espérer paix, repos et amitié entre les personnes qui sont de diverses religions. Et n'y a opinion, qui tant profonde dedans le coeur des hommes, que l'opinion de religion, ni tant les sépare les uns des autres (...) Nous l'expérimentons aujourd'hui et voyons que deux Français et Anglais qui sont d'une même religion, ont plus d'amitié entre eux que les citoyens d'une même ville, sujets à un même seigneur, qui seraient de diverses religions. Tellement que la conjonction de religion passe celle qui est à cause du pays ; par contraire, la division de religion est plus grande et lointaine que mille autre. C'est ce qui sépare le père du fils, le frère du frère, le mari de la femme. (...) C'est ce qui éloigne le sujet de porter obéissance à son roi, et qui engendre les rebellions. (...) Si donc la diversité de religion sépare et déjoint les personnes qui sont liées de si prochains liens et degrés, que peut-elle faire entre ceux qui ne se touchent de si près ? La division des langues ne fait la séparation des royaumes, mais celle de la religion et des lois, qui d'un royaume en fait deux. De là sort le vieil proverbe, Une foi, une loi, un roi. Et est difficile que les hommes étant en telle diversité et contrariété d'opinions, se puissent contenir de venir aux armes : car la guerre, comme dit le poète, suit de près, et accompagne discorde et débat

168.

¹⁶⁸ “loucura esperar paz, tranqüilidade e amizade entre as pessoas que são de religiões diversas. E não há opinião, tão profunda no coração dos homens, quanto a opinião da religião, me que tanto os separe uns dos outros (...) Nós o experimentamos hoje e vemos que dois franceses e ingleses que são de uma mesma religião, têm mais amizade entre eles que os cidadãos de uma mesma cidade, sujeitos a um mesmo senhor, que sejam de religiões diversas. Tanto que a união pela religião ultrapassa aquela que deriva do país; ao inverso, a divisão por causa da religião é maior e mais extensa que mil outras. É o que separa o pai do filho, o irmão do irmão, o marido da mulher. (...) É o que distancia o súdito da obediência do seu rei, e que engendra as rebeliões. (...) Se, portanto, a diversidade de religião separa e desune as pessoas que são ligadas por laços e graus tão próximos, o que ela poderá fazer entre aqueles que não se tocam de tão perto? A divisão das línguas não faz a separação dos reinos, mas a da religião e das leis, que de um reino faz dois. Daí sai o velho provérbio, Uma fé, uma lei, um rei. E é difícil que os homens, estando em tal diversidade e contrariedade de opiniões, possam conter-se de vir às armas: pois a guerra, como diz o poeta, segue de perto, e acompanha, discórdia e debate”, L'Hospital, 2001, pp.38-39.

Três avisos estão presentes na fala de L'Hospital nesse discurso aos estados reunidos: não havia coexistência possível entre católicos e protestantes; a religião era mais relevante como garantia da unidade de um reino do que a consciência do pertencimento ao *pays*; e – soma dos dois primeiros – a França, em que a convivência de duas confissões havia se feito à despeito da repressão à Reforma, dificilmente escaparia da guerra. A partir da leitura desse trecho, não resta, como via de ação a seguir, outro caminho senão o da volta à unidade religiosa. Mas a década de 1560 será um período de mudanças na relação entre a Coroa e a religião.

Uma dessas modificações aparece em outro discurso feito pelo chanceler, este diante da assembléia reunida em Saint-Germain em janeiro de 1562. Menos de dois anos após a fala na abertura dos estados gerais, L'Hospital expôs uma nova idéia que pretendia, em conjunto com a regente, a rainha-mãe Catarina de Médici, transformar na posição oficial da Coroa frente à Reforma protestante e à resistência católica: o desligamento da administração real das prerrogativas e necessidades da Igreja. Nos termos da diferença entre a religião e a república, e da conseqüente distinção que deveria ser feita entre seus membros – os fiéis (cristãos) e os cidadãos –, o chanceler apresentou aos deputados a sua percepção da situação francesa:

*Il n'est pas ici question de constituenda religione, sed de constituenda republica; et plusieurs peuvent être cives, qui non erunt Christiani: même l'excommunié ne laisse pas d'être citoyen*¹⁶⁹.

Ao sugerir publicamente que a constituição da república diferia da constituição da religião, e que ser cidadão não obrigava a ser cristão, L'Hospital adotava outra perspectiva para considerar a relação entre o rei e a Igreja. Afirmando que o francês excomungado permanecia cidadão, como o mais católico dentre eles, o chanceler traçava uma linha divisória entre os problemas religiosos suscitados pela Reforma e todos os demais, isto é, entre as questões espirituais e as seculares, tratando exclusivamente das seculares, e especificamente se referindo às situações conflituosas que a Coroa vinha tendo que enfrentar havia algum tempo. Em 1561, ainda não haviam eclodido as guerras de religião, mas o

¹⁶⁹ “Não se trata aqui da constituição da religião, mas da constituição da coisa pública; e muitos podem ser cidadãos, que não serão cristãos; mesmo o excomungado não deixa de ser cidadão”, id., *ibid.*, p.61, grifos no texto.

cenário de oposição entre católicos e protestantes era claro e perturbava a ordem e o governo da coisa pública. Para o chanceler, a situação estava além do embate de idéias e da salvação das almas: para ele era necessário enfrentar a dissensão religiosa no que ela produzia como entrave para a manutenção da paz e do bem comum no reino, isto é, os confrontos entre um grupo católico e outro protestante – e agir. Seu discurso de Saint-Germain introduz oficialmente a possibilidade do desligamento entre *fé* e *rei* como via de solução para os problemas políticos provocados pela presença de duas religiões no reino, e pela oposição crescente entre os fiéis de cada uma delas. A coexistência passava a ser possível, e talvez a única forma de evitar a guerra. Para Skinner, em Saint-Germain, L’Hospital indica que abandonar a unidade religiosa não tinha “necessariamente efeitos catastróficos, pois, na verdade, a uniformidade religiosa não é essencial para o bem-estar da França”¹⁷⁰.

A nova percepção do chanceler com relação à distinção entre a função da autoridade secular e a da eclesiástica era o reflexo da nova postura que a Coroa francesa – que, depois da sagração de Carlos IX, tinha a rainha-mãe como regente – pretendia seguir quanto à dissensão religiosa. Lentamente, durante a década de 1560, os éditos reais começam a aumentar a margem de sobrevivência legal do protestantismo, regulamentando a presença, o exercício do culto e os direitos e deveres dos protestantes no reino. O empenho de L’Hospital dará velocidade e autoridade a esse movimento, mas antes mesmo da sua nomeação – e antes de os Guise se tornarem os chefes do partido católico – a Coroa havia publicado os dois importantes éditos de Amboise de 8 de março de 1560 e de Romorantin – o primeiro garantindo uma espécie de liberdade de consciência aos protestantes, enquanto o segundo estabelecia as distintas instâncias de competência da autoridade secular e da eclesiástica no julgamento de casos de sedição e heresia.

A morte de Francisco II, em dezembro de 1560, havia afastado do governo os Guise e fortalecido a posição moderada de Catarina de Médici e do chanceler L’Hospital. Mas a notoriedade conquistada pelo duque de Guise, junto aos católicos franceses, com a repressão à Conjuração de Amboise e a sua participação na assembléia de Fontainebleau, fizeram dele um líder natural na defesa da religião. Com o condestável de Montmorency e o marechal de Saint-

¹⁷⁰ Skinner, op.cit., p.524.

André, Guise formou um triunvirato com a missão auto-conferida de opor-se à nova política da Coroa e restaurar a unidade religiosa no reino. O édito de julho de 1561, que retoma o de Romorantin proibindo as assembléias e o culto protestante, será devido, em larga medida, à sua ação, bem sucedida em angariar apoio entre as camadas mais intransigentes do catolicismo francês.

A constituição, pelo triunvirato, de uma liga católica de oposição à Coroa ajudou a tornar mais clara a nova disposição de forças na França. Em 1550, a repressão ao protestantismo havia sido instituída como lei e era seguida pela Coroa, pela Igreja e pela maioria dos franceses católicos contrários à existência de uma segunda religião no reino. Na década seguinte, a posição da Coroa é a da permissão legal da coexistência de católicos e protestantes – sem que isso significasse que as duas religiões e seus aderentes passariam a ter o mesmo status no reino. Ao lado da Coroa, formam-se um partido protestante, que exige liberdade de consciência e de culto, e um católico que, sem o antigo apoio da monarquia, reforça sua postura contrária à Reforma. Entre esses dois partidos, a Coroa manterá uma atuação por vezes dúbia, aproximando-se alternadamente de um ou do outro, quando um, ou o outro, estiver se tornando demasiadamente hegemônico e representar uma ameaça à autoridade do rei.

Por trás da repartição dicotômica que divide na França católicos e protestantes como membros de dois partidos opostos, a falta de um posicionamento claro por parte da Coroa não era – como por algum tempo a historiografia considerou que fosse – mero oportunismo, nem indecisão ou inconstância. Durante o período da regência e mesmo depois da maioridade de Carlos IX, a participação de Catarina de Médici no governo foi guiada, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da necessidade de preservação da monarquia, e, em seguida, pela crença – para Crouzet influenciada por uma “utopia neoplatônica”¹⁷¹ – de que era possível atingir um ponto de concórdia entre católicos e protestantes, unificando o reino em uma nova Igreja, católica mas expurgada dos seus erros. Longamente se considerou que a posição da rainha-mãe devia-se à pouca importância que teria, para ela, a religião. Italiana como Maquiavel – lembrarão seus detratores –, em vida e após a sua morte Catarina de Médici foi apresentada, por contemporâneos e por historiadores posteriores, como

¹⁷¹ Crouzet, 1996, p.569.

uma espécie de monstro ávido de poder, originando-se em torno dela uma lenda negra que abusou da opinião de que estrangeiros e mulheres não deveriam aproximar-se do governo. Há algumas décadas, a historiografia vem se dedicando a rever a biografia da rainha-mãe, e das novas pesquisas surgiu uma personagem cuja religiosidade – profunda – foi influenciada por Erasmo e pelo neoplatonismo italiano¹⁷², e cujo grande propósito, como regente e depois como conselheira de Carlos IX e Henrique III, foi o de restaurar a autoridade monárquica, “*qui se confond pour elle avec celle de ses fils*”¹⁷³. A unidade religiosa era um princípio a ser mantido, e derivaria, para a rainha-mãe, de uma reforma dentro da Igreja católica, que a aproximaria do cristianismo primitivo e ao mesmo tempo das propostas protestantes, posição que, para Janine Garrisson, é “*le témoignage de l’humanisme chrétien de cette reine, aboutissement logique de sa philosophie néoplatonicienne*”¹⁷⁴. Mas a repressão da Reforma e a violência não pareciam para Catarina ser o caminho para a concórdia. Segundo Arlette Jouanna, “*elle souhaite ardemment retrouver la concorde perdue, mais estime que la violence utilisée jusque-là a été inefficace*”¹⁷⁵.

Foi por iniciativa de Catarina de Médici que se realizou, em 1560, logo após a publicação do édito de Amboise de 8 de março, a assembléia de Fontainebleau. O intuito da rainha-mãe era compor uma base comum – constituída de ambos católicos e protestantes – dentro da qual a discussão acerca da concórdia pudesse ser desenvolvida.

Duas decisões em especial resultaram da assembléia: a convocação dos estados gerais, e o anúncio de uma reunião de bispos para “*remédier à la déchirure religieuse*”¹⁷⁶.

Já a caminho de Orléans para a reunião dos estados, os deputados são surpreendidos pelo anúncio da morte de Francisco II. Apesar da ausência imprevista do rei, e tendo que fazer face à turbulenta disputa em torno à regência – ambicionada pela rainha-mãe e por Antoine de Bourbon – os estados são abertos em 13 de dezembro de 1560 e neles se debatem os temas apresentados nos

¹⁷² Yates, 1989, p.227.

¹⁷³ “que se confunde para ela com a dos seus filhos”, Jouanna, op.cit., p.76.

¹⁷⁴ “o testemunho do humanismo cristão dessa rainha, resultado lógico da sua filosofia neoplatônica”, Garrisson, 2002, p.98.

¹⁷⁵ “ela deseja ardentemente reencontrar a concórdia perdida, mas julga que a violência utilizada até então era ineficaz”, Jouanna, op.cit., p.84.

¹⁷⁶ “remediar a fratura religiosa”, id., ibid., p.82.

cadernos reunidos por cada ordem. O problema da enorme dívida do tesouro francês, avaliada por Michel de L'Hospital em 43 milhões e meio de libras¹⁷⁷, é um dos assuntos mais urgentes. Incitados pelo chanceler, os deputados laicos – dos segundo e terceiro estados – pedem uma alienação severa dos bens da Igreja, cujo valor final, aprovado pelos representantes do clero, chega a 15 milhões de libras. Igualmente importante é a questão da dissensão religiosa; mas sobre ela é mais difícil o estabelecimento de um acordo entre os presentes. Segundo Jouanna, *“le clergé veut une répression ferme, alors qu'un grand nombre de députés du tiers et de la noblesse souhaite que l'on donne des temples aux réformés”*¹⁷⁸. Entre as duas demandas, as ordenações resultantes dos estados gerais de Orléans apoiaram a nova posição da Coroa quanto à Reforma, decidindo pela interrupção das perseguições aos protestantes¹⁷⁹.

Como a posição dos deputados quanto ao problema religioso, feita de divergências e indecisões, também a da Coroa varia. Em 28 de janeiro de 1561, poucos dias antes do encerramento dos estados gerais, o governo renova a anistia dada em março do ano anterior a todos os acusados de heresia, estendendo-a aos pastores protestantes. Em abril, um novo édito é assinado com o intuito de conter os movimentos iconoclastas que se espalhavam pela França, proibindo a destruição de imagens e igrejas, e ao mesmo tempo tornando ilegal o uso de epítetos como *“papiste”* e *“huguenot”*¹⁸⁰, com os quais protestantes e católicos, respectivamente, agrediam uns aos outros. Três meses depois, o culto protestante é novamente proibido pelo édito de julho de 1561, mas esse retorno à repressão da Reforma – influenciado pelo triunvirato de Guise, Montmorency e Saint-André – não impede o movimento iniciado por Catarina de Médici e Michel de L'Hospital de construir um entendimento pacífico entre as duas religiões. É com essa intenção que a regente e o chanceler organizam, entre 9 de setembro e 14 de outubro do mesmo ano, o colóquio de Poissy, transformando a reunião de bispos em uma conferência entre teólogos e religiosos católicos e protestantes. Concebido como uma tentativa de reunificar as igrejas através da discussão dos pontos de discórdia entre o dogma católico e a evangelização protestante, o

¹⁷⁷ id., *ibid.*, p.79 nota 2.

¹⁷⁸ “o clero quer uma repressão firme, enquanto um grande número de deputados do terceiro e da nobreza deseja que sejam dados templos aos reformados”, id., *ibid.*, p.81.

¹⁷⁹ Mariéjol, *op.cit.*, p.53.

¹⁸⁰ Jouanna et al., *op.cit.*, p.875.

colóquio revela a importância que um quarto grupo havia adquirido no cenário político francês: o dos *moyenneurs*. Católicos moderados, eles acreditavam ser possível estabelecer uma forma de concórdia religiosa entre protestantes e católicos. Após a Conjuração de Amboise, a crença na reunião pacífica das duas religiões por meio de um concílio novo e livre – isto é, independente das discussões mantidas pelo concílio de Trento e não submetido às decisões deste – havia ganhado adeptos entre os círculos próximos ao poder. O cardeal de Lorena – em divergência com o irmão – e Antoine de Bourbon, rei da Navarra, estariam, segundo Arlette Jouanna, entre os *moyenneurs*¹⁸¹. Quanto aos membros da Coroa, Catarina de Médici, idealizadora do colóquio de Poissy, e Michel de L'Hospital consideravam que a construção de um acordo entre católicos e protestantes, em termos de dogma, era factível, e “y voient la possibilité d'un retour à la tranquillité publique”¹⁸². Em carta ao papa Pio IV, datada de 4 de agosto de 1561, a rainha-mãe

*expose les points du rite catholique qui, selon elle, pourraient être modifiés et ainsi satisfaire les protestants qui, dès lors, feraient retour à l'Église romaine. Elle invite le pape à autoriser la communion sous les deux espèces, à supprimer une partie des prières lors du sacrement du baptême, à permettre la « psalmodie » en langue vulgaire... Ce sont là des retours au rituel de l'Église primitive que les réformés pratiquent en leurs cultes*¹⁸³.

As sugestões de Catarina de Médici ao papa fazem parte dos temas a serem debatidos em Poissy. Mesmo sem se constituírem formalmente em um partido, o colóquio foi o resultado do empenho desse grupo de moderados.

Logo na abertura dos debates, católicos e protestantes esbarram no entanto em um impasse: o problema da transubstanciação. Os protestantes, liderados por Théodore de Bèze, recusam-se a reconhecer na eucaristia a Presença Real de Cristo, postura que escandaliza os prelados católicos, entre eles o cardeal de Lorena. Sem acordo possível entre as partes sobre esse ponto, o colóquio encerra-se em 14 de outubro sem que se tenham construído as condições para a concórdia.

¹⁸¹ id., *ibid.*, p.1135.

¹⁸² “vêm aí a possibilidade de um retorno à tranquilidade pública”, id., *ibid.*, p.1135.

¹⁸³ “expõe os pontos do rito católico que, segundo ela, poderiam ser modificados e assim satisfazer os protestantes que, a partir daí, retornariam à Igreja romana. Ela convida o papa a autorizar a comunhão em duas espécies, a suprimir uma parte das orações no momento do sacramento do batismo, a permitir a “salmodia” em língua vulgar... Esses são retornos ao ritual da Igreja primitiva que os reformados praticam em seus cultos”, Garrisson, 2002, p.98.

Apesar do fracasso experimentado em Poissy, L'Hospital e Catarina de Médici, sobretudo, mantêm-se fiéis à idéia da concórdia, uma reunião de todos os franceses na mesma fé católica. Segundo Mario Turchetti, “*après son échec, l'idéal de concorde n'est pas abandonné, mais seulement différé et toujours présent. Il est une constante de la politique royale*”¹⁸⁴. Mas foi o colóquio, por outro lado, que os levou a considerar se não seria o caso de a construção de uma coexistência mínima entre protestantes e católicos excluir a questão da religião. A concórdia desejada pela rainha-mãe e pelo chanceler mostrava-se improvável a curto prazo, o que poderia significar que, a curto prazo, era preciso conciliar protestantes e católicos apesar das suas desavenças confessionais. A concórdia, que permanecia sendo o objetivo final, deveria ser antecedida por uma coabitação que por vezes se chamou de tolerância – e de onde deriva o conceito de tolerância civil –, mas que habitualmente mantinha o nome de concórdia.

Em 1562, ano seguinte ao édito de julho e ao colóquio de Poissy, é instituído o édito de Janeiro (ou de Saint-Germain). Anulando o anterior e permitindo mais uma vez o culto protestante (sob severas regras), o novo decreto funda-se na conclusão de que as tentativas de proibição forçada do protestantismo haviam gerado mais males do que trazido benefícios ao reino. Como se lê no preâmbulo do édito de Janeiro, Carlos IX, com o apoio dos seus conselheiros e da família real, havia anteriormente decidido pelo

Edit du mois de juillet dernier : par lequel nous aurions entre autre chose défendu, sur peine de confiscation de corps et de biens, tous Conventicules et Assemblées publiques avec armes, ou sans armes : ensemble les privées où se feraient Prêches et administration des Sacrements en autre forme que selon l'usage observé en l'Eglise catholique, dès et depuis la Foi chrétienne reçue par les rois de France nos prédécesseurs, et par les Evêques et prélats, curés, leurs Vicaires et députés : ayant lors estimé que la prohibition desdites Assemblées, était le principal moyen, en attendant la détermination d'un Concile général, pour rompre le cours à la diversité desdites Opinions ; et en contenant par ce moyen nos sujets en union et concorde, faire cesser tous troubles et séditions ;
*Lesquelles au contraire, par la désobéissance, dureté et mauvaise intention des peuples, et pour s'être trouvée l'exécution dudit Edit, difficile et périlleuse, se sont beaucoup plus accrues, et cruellement exécutées à notre très grand regret et déplaisir, qu'elles n'avaient fait auparavant*¹⁸⁵.

¹⁸⁴ “depois do seu fracasso, o ideal de concórdia não é abandonado, mas apenas adiado e sempre presente. Ele é uma constante da política real”, Turchetti, 1985, p.342.

¹⁸⁵ “Édito do mês de julho último: pelo qual teríamos entre outras coisas proibido, sob pena de confisco de corpos e bens, todos os Conventículos e Assembléias públicas com armas, ou sem armas: e também as privadas onde seriam feitos Cultos e administração dos Sacramentos sob outra forma que não o uso observado na Igreja católica, desde e depois de a Fé cristã recebida pelos reis da França nossos predecessores, e pelos Bispos e prelados, curas, seus Vicários e deputados: tendo então julgado que a proibição das ditas Assembléias era o principal meio, esperando a

A primeira cláusula do édito proíbe os protestantes de se reunirem dentro das cidades, mas autoriza o culto em subúrbios por todo o reino durante o dia, suspendendo

*les défenses et peines apposées tant audit Edit de Juillet qu'autres précédents, pour le regard des Assemblées qui se feront de jour hors desdites villes, pour faire leurs Prêches, Prières et autres exercices de leur Religion*¹⁸⁶.

Já a apresentação do texto dava mostras da nova preocupação que guiava as decisões da Coroa. Nela, que antecede o preâmbulo, resume-se o édito da seguinte forma: “*Edit du Roi Charles neuvième de ce nom, (...) sur les moyens les plus propres d'apaiser les troubles et séditions survenus pour le fait de la Religion*”¹⁸⁷.

Pacificar os conflitos dependia de regulamentar o culto protestante, não mais de eliminá-lo do reino, nem de constranger as consciências. Firmemente defendido por L'Hospital, o édito de Janeiro marca, para Joseph Lecler, a passagem definitiva do chanceler “*de la position des humanistes à celle des « Politiques »*”¹⁸⁸, com a formulação de uma lei que normatizava na França a coexistência de católicos e protestantes como meio de pacificar os conflitos, “*apaiser les troubles*”. Progressivamente, após o discurso na abertura dos estados de Orléans, em 1560, no qual havia pregado a manutenção da unidade religiosa na França, por meio da afirmação da máxima *une foi, une loi, un roi*, L'Hospital havia mudado sua opinião quanto à forma de lidar com a dissensão no reino. Segundo Jacqueline Boucher, o fracasso do colóquio de Poissy levara o chanceler “*vers une déconfessionnalisation de l'autorité*”¹⁸⁹, que assume – a autoridade monárquica – uma função de manutenção da paz e do bem comum, afastando-se da defesa da religião, e portanto da máxima citada. De acordo com Lecler, originalmente uma paz sem unificação confessional não era ao que aspirava o

determinação de um Concílio geral, para interromper o curso da diversidade das ditas Opiniões; e contendo por esse meio nossos súditos em união e concórdia, fazer cessarem todas as perturbações e sedições; As quais, pelo contrário, pela desobediência, dureza e má intenção dos povos, e por ter sido a execução do dito Édito difícil e perigosa, aumentaram ainda mais, e agiram mais cruelmente, para nosso grande pesar e desagrado, do que haviam feito anteriormente”, Stegmann, op.cit., pp.9-10.

¹⁸⁶ “as proibições e penas impostas tanto pelo dito Édito de Julho quanto outros precedentes, no que se refere às Assembléias que serão feitas de dia fora das ditas cidades, para fazerem seus Cultos, Orações e outros exercícios da sua Religião”, ibid., p.10.

¹⁸⁷ “Édito do Rei Carlos nono desse nome, (...) sobre os meios mais próprios de pacificar as perturbações e sedições sobrevindas por causa da Religião”, ibid., p.8.

¹⁸⁸ “da posição dos humanistas à dos “*Politiques*”.”, Lecler, op.cit., p.539.

¹⁸⁹ “na direção de uma desconfessionalização da autoridade”, Jouanna et al., 1998, p.1039.

chanceler, que por isso acreditava fortemente na necessidade de um concílio interno à Igreja, que a depuraria e eliminaria dessa forma o desejo de alguns de se separarem dela. Dado o insucesso do colóquio, e enquanto o concílio não acontecesse, L'Hospital acreditava que a sua obrigação era a de evitar os confrontos e a guerra civil, e por isso pregava a cada francês que reformasse os seus próprios costumes e usasse, com relação aos “*mal sentants*”, as “*armes de la douceur et de la charité*”¹⁹⁰. No édito de Janeiro, o chanceler assumia com o rei a posição de que a instauração da concórdia talvez não significasse imediatamente a reunião em uma mesma religião.

O vocabulário gerado pela prática das guerras de religião faz da concórdia um conceito de conteúdo variável, que poderá significar, nos éditos e publicações contemporâneos, tanto unidade na religião, quanto unidade apesar da diferença de religião – interpretação que se confunde com a de tolerância. No édito de Janeiro, é essa segunda perspectiva que está por trás da afirmação pelo rei de que sua intenção é

*entretenir nos sujets en paix et concorde, en attendant que Dieu nous fasse la grâce de les pouvoir réunir et remettre en une même Bergerie, qui est tout notre désir et principale intention*¹⁹¹.

Como nos éditos seguintes de Longjumeau (1568), Saint-Germain (1570), Beaulieu (1576), Bergerac (1577), Fleix (1580) e Nantes (1598), no de Janeiro de 1562 o objetivo explícito de produzir a concórdia entre os franceses convive com a permissão do culto protestante no reino, isto é, com a dualidade religiosa. Por outro lado, na França destes meados de século XVI, a concórdia designava comumente a unidade religiosa restaurada, isto é, o retorno a uma ordem unitária anterior à dissensão provocada pela Reforma. Segundo Arlette Jouanna, “*en France, les catholiques modérés utilisent ce mot pour évoquer la réunion de tous les croyants au sein de l’Église romaine*”¹⁹². Nesse sentido, ela se opõe à tolerância, guarda-chuva sob o qual a diversidade de religião seria mantida. A insistência dos éditos das guerras de religião em fazer coexistirem união e divisão religiosa pode indicar que a concórdia é o objetivo (e é também a obrigação) do

¹⁹⁰ “as armas da suavidade e da tranqüilidade”, Lecler, op.cit., pp.434-435.

¹⁹¹ “manter nossos súditos em paz e concórdia, esperando que Deus nos faça a graça de poder reuni-los e recolocá-los em um mesmo aprisco, o que é todo o nosso desejo e principal intenção”, Stegmann, op.cit., p.10

¹⁹² “Na França, os católicos moderados usam essa palavra para evocar a reunião de todos os crentes no seio da Igreja romana”, Jouanna, op.cit., p.814.

rei, mas que a tolerância do protestantismo é temporariamente necessária. É precisamente neste sentido que se pode falar na experiência da tolerância feita pela França no século XVI¹⁹³.

A considerável variação da posição da Coroa francesa quanto à dissensão religiosa – em 1559 Henrique II empenhava-se em reprimir o protestantismo no reino e três anos depois Carlos IX permitia o culto por quase todo o reino – gerava insegurança de parte a parte. Ambos, protestantes – que além de temerem uma possível reviravolta na sua relação com a Coroa, pretendiam constituir-se em religião de força semelhante à católica, antes de substituí-la inteiramente –, e católicos – para os quais o édito de Janeiro criava uma abertura insuportável à heresia –, desconfiavam da nova política apresentada por L'Hospital. Para o chanceler, a idéia de que a função do governo era garantir a paz e o bem comum estava se tornando imperativa, e a sua forma de realizá-la levava em consideração a situação específica do momento francês. O que se percebia na França no início da década de 1560 era o aprofundamento das tensões envolvendo católicos e protestantes. Desde 1520 a Coroa havia optado por lidar com a Reforma reprimindo-a. Quarenta anos depois, o número de protestantes no reino continuava a aumentar, e uma parte importante da nobreza havia se convertido. A observação dessa situação levou L'Hospital à conclusão que inicia o édito de Janeiro: as iniciativas reais para coibir o culto reformado, as perseguições, não resultaram na reunião dos franceses, pelo contrário, tornaram mais grave a divisão no reino. A alternativa à proibição foi a permissão regrada, a abertura à liberdade de consciência. É neste sentido que a rainha-mãe justifica o édito de Janeiro, escrevendo ao bispo de Rennes, embaixador francês junto ao imperador alemão, para lhe explicar que foi a “*nécessité de nos affaires*” que obrigou à permissão do protestantismo, e para assegurar-lhe de que “*n’y a autre passion qui me meuve que le seul désir que j’ai à l’union de l’église et au repos de ce dit royaume*”¹⁹⁴. O que o chanceler e Catarina de Médici buscavam por esse caminho, a necessidade a que tinham que responder, era evitar os confrontos, e restaurar a paz entre franceses das duas religiões.

¹⁹³ Neste caso, que é o nosso, parte-se para uma análise que defende a presença da tolerância civil na França do século XVI, apesar das interpretações em contrário de parte da historiografia atual.

¹⁹⁴ “necessidade dos nossos negócios”, “não há outra paixão que me mova que não o desejo que eu tenho pela união da igreja e pela tranquilidade deste reino”, apud id., ibid., p.102.

A nova política da Coroa tinha em quem se apoiar. O discurso feito por L'Hospital em 1561 e a defesa da paz acima das divergências religiosas não eram idéias das quais ele era o único partidário. Por três vezes, o poeta Pierre de Ronsard havia louvado os benefícios da paz e conclamado os franceses a abraçarem-na, primeiro descontente com as guerras italianas e depois entusiasmado com a assinatura do tratado de paz de Cateau-Cambrésis (1559): em 1550, ele havia publicado uma *Ode de la paix*, e em 1558 a *Exhortation pour la paix*, onde fazia uma distinção entre a guerra entre cristãos e aquela contra os inimigos de Cristo. Aos franceses, entre si e dentro do reino, Ronsard recomendava:

*Non, ne combattez pas, vivez en amitié,
CHRETIENS, changez votre ire avec la pitié,
Changez à la douceur les rancunes amères,
Et ne trempez vos dards dans le sang de vos frères*¹⁹⁵.

Os costumes e virtudes guerreiras em voga na primeira metade do século XVI fizeram no entanto Ronsard admitir que as guerras, parte do *éthos* da nobreza, poderiam ser necessárias e desejadas como exercício, como profissão, como conquista de um lugar na hierarquia do reino, e, para esses casos, ele recomendava a luta contra os infiéis, que eram os turcos, nos limites da própria Europa, e os sarracenos, na Terra Santa.

*Ou bien si vous avez les armes échauffées
Du désir de louange, et du lot des trophées,
Et si en vos maisons le repos vous déplaît,
Revêtez le harnais : Encore le Turc n'est
Si éloigné de vous, qu'avec plus de gloire
(Qu'à vous tuer ainsi) vous n'ayez la victoire
De sur tel ennemi, qui usurpe à grand tort
Le lieu ou JÉSUS CHRIST pour vous reçu la mort.
C'est là, soldats, c'est là, c'est où il faut combattre,
Et de notre SAUVEUR l'héritage débattre*¹⁹⁶.

Na guerra contra os sarracenos, além da glória, a riqueza era a recompensa do soldado:

¹⁹⁵ “Não, não combatam, vivam em amizade,/ CRISTÃOS, trocam sua ira pela piedade,/ Troquem pela doçura os rancores amargos,/ E não embebam seus dardos no sangue dos seus irmãos”, Ronsard, 1558, s/p.

¹⁹⁶ “Ou então se tendes as armas inflamadas/ Do desejo de louvores, e da dose de troféus,/ E se em vossas casas o descanso vos desagrada,/ Vesti de novo a armadura: Ainda o Turco não está/ Tão distante de vós, que com mais glória/ (Do que a vos matar assim) não tenhais a vitória/ Sobre tal inimigo, que usurpa injustamente/ O lugar onde JESUS CRISTO para vós recebeu a morte./ É aí, soldados, é aí, é onde é preciso combater,/ E do nosso SALVADOR a herança reaver”, id., ibid., s/p.

*Si vous voulez gagner plus d'honneur et de bien,
Laissez-moi vos combats qui ne servent de rien,
Et pour vous enrichir par les faits de la guerre,
Chassez les Sarrasins hors de la sainte Terre,
Où la moindre cité que d'assaut on prendra,
D'un butin abondant très riche vous rendra*¹⁹⁷.

Mas, entre cristãos, a guerra era um flagelo, que destruía e matava, sem resultar em butim algum. A paz, ao contrário, “*Fille de Dieu*”¹⁹⁸, fertilizava os campos, os homens e os animais, e produzia no mundo o que havia de bom nele.

Em 1560, Ronsard publica um terceiro texto: *La paix. Au roy*. Em 1561, é a vez de Étienne Pasquier publicar uma *Exhortation aux princes et seigneurs du Conseil privé du Roy pour obvier aux seditions qui occultement semblent nous menacer pour le fait de la Religion*. Se nos poemas de Ronsard a paz era tratada como um estado de tranqüilidade e bonança que se seguia à guerra entre reinos, apenas com a indicação de que também, e sobretudo, entre cristãos ela era preferível à guerra, a obra de Pasquier refere-se direta e especificamente à guerra, aos conflitos, entre os franceses católicos e protestantes. Para evitar os prejuízos em que resultam para o reino, o jurista e historiador propõe solucionar as divergências que ameaçavam tornar-se guerra civil estabelecendo uma paz que produzisse “*le repos du Public, l’entretienement de notre Roi en sa grandeur, et la conservation de vous tous en vos états et honneurs*”¹⁹⁹. Para tanto, era preciso deixar de lado a discussão sobre a religião, pois, diz Pasquier,

*d’entrer ici sur le mérite des Religions, comme je vois avoir été pratiqué par quelques-uns, il me semble que tant s’en faut que ce soit apporter remède à la maladie qui s’offre, que, au contraire, c’est un r’engregement de plaie. La comparaison des Religions du Romain et Protestant (car je trouve meilleur de choisir ces deux termes pour le présent, que d’user d’autres noms de pernicieuse conséquence) n’apporte autre commodité sinon une pique taisible, dont naissent les séditions, auxquelles nous voulons obvier*²⁰⁰.

¹⁹⁷ “Se quereis ganhar mais honras e bens,/ Deixai vossos combates que não servem de nada,/ E para enriquecer-vos pelos feitos da guerra,/ Expulsai os Sarracenos da santa Terra,/ Onde a menor cidade que de assalto se tomar,/ Por um butim abundante muito ricos há de vos deixar”, id., ibid., s/p.

¹⁹⁸ “Filha de Deus”, id., ibid., s/p.

¹⁹⁹ “o sossego do Público, a preservação do Rei na sua grandeza, e a conservação de vós todos em vossos estados e honras”, Pasquier, op.cit., p.42.

²⁰⁰ “entrar aqui no mérito das Religiões, como vejo ter sido praticado por alguns, parece-me que, se é muito necessário trazer remédio para a doença que se oferece, é ao contrário um agravamento da ferida, A comparação das Religiões do Romano e do Católico (pois eu acho melhor escolher esses dois termos para o presente caso, do que usar outros nomes de perniciososa consequência) não traz outra comodidade senão um desentendimento tácito, donde nascem as sedições, as quais queremos evitar”, id., ibid., p.4.

Deslocando o foco de atenção da resolução das questões religiosas para aquela relativa aos problemas criados para o “*repos Public*”, e já que, como Pasquier relata ao longo da sua exortação, as perseguições e condenações não haviam sido bem-sucedidas em evitar os conflitos, o autor conclui que “*il n’y a point de moyen plus prompt et expédient, que de permettre en votre République deux Églises: l’une des Romains, et l’autre des Protestants*”²⁰¹. Há uma sensível proximidade entre a obra de Pasquier e o édito de 1562.

No entanto, a primeira tentativa de instituir a tolerância civil como solução para o problema instaurado pela divisão religiosa na França fracassa ao ser rejeitada por uma ampla maioria de católicos (e mesmo de protestantes) entre a população francesa e seus magistrados. Mais do que uma resposta de teor religioso, a recusa da dualidade confessional e do protestantismo representa a intenção de manter, em um nível geral e bastante amplo, as estruturas estabelecidas pela tradição, desde o sistema de valores até a hierarquia social. O receio de mudanças cristalizou-se, no século XVI, na rejeição da diversidade religiosa. A Reforma protestante havia dado mostras suficientes, na Alemanha, do mal que a introdução de uma nova religião em um reino poderia causar. Manter a ordem, na primeira metade do século, havia significado manter a unidade de religião.

Como Pasquier e Ronsard, que publicavam apologias à paz, os adversários de uma pacificação por meio da instauração da dualidade religiosa também produzem suas exortações. Étienne de La Boétie, autor do *De la servitude volontaire* e grande amigo de Montaigne, compõe, no mesmo ano do édito, um *Mémoire sur l’édit de Janvier 1562*²⁰² em que exprime claramente a sua opinião sobre a perda da unidade religiosa:

*Nulle dissension n’est si grande ni si dangereuse que celle qui vient pour la religion : elle sépare les citoyens, les voisins, les amis, les parents, les frères, le père et les enfants, le mari et la femme ; elle rompt les alliances, les parentés, les mariages, les droits inviolables de la nature, et pénètre jusqu’au fond des coeurs pour extirper les amitiés et enraciner les haines inconciliables*²⁰³.

²⁰¹ “não há meio mais imediato e expediente do que permitir em vossa República duas Igrejas: uma dos Romanos, e a outra dos Protestantes”, id., ibid., pp.10-11.

²⁰² O *Mémoire* permaneceu inédito até a década de 1570 (cf. Bonnefon, 1922, pp.26-29).

²⁰³ “Nenhuma dissensão é tão grande nem tão perigosa quanto aquela que acontece por causa da religião: ela separa os cidadãos, os vizinhos, os amigos, os pais, os irmãos, e pai e os filhos, e marido e a mulher; ela rompe as alianças, as parentelas, os casamentos, os direitos invioláveis da natureza, e penetra até o fundo dos corações para extirpar as amizades e enraizar os ódios inconciliáveis”, La Boétie, 1922, p.120.

Dadas as terríveis conseqüências da dissensão religiosa, o *Mémoire* critica a experiência da tolerância defendida pela Coroa e questiona os resultados que ela ainda poderia produzir:

*Quel fruit avons-nous reconnu de cette tolérance ? Toujours les choses sont allées en empirant et le désordre a augmenté à vue d'oeil, et depuis ce temps, si on y prend garde, toujours le jour d'après a été pire et plus malheureux que le jour de devant*²⁰⁴.

La Boétie não condena a liberdade de consciência, mas acredita que a divisão dos franceses em duas igrejas, enfraquecendo as defesas do reino, beneficia os estrangeiros interessados em atacar a França: “*la ville divisée est à moitié prise*”²⁰⁵, diz ele. Por outro lado, o *Mémoire* desaconselha a recondução dos protestantes ao catolicismo pela força. La Boétie tem portanto uma espécie de posição intermediária entre os que são contra a liberdade de consciência e repelem a existência do protestantismo, e aqueles que consideram que a liberdade de consciência é positiva, e que os protestantes devem ser admitidos na França – em prol mesmo do reino – até que se pudesse retornar à unidade religiosa. O primeiro grupo defendia que o protestantismo fosse destruído pela conversão ou morte de todos os seus fiéis, enquanto o segundo era favorável à reunião dos franceses em uma mesma religião apenas após a decisão de um concílio, e não pelo uso da força, sendo expressamente contra o seu emprego em questões religiosas. Segundo Lecler, pode-se compreender melhor a posição de La Boétie se for levada em consideração a sua comunhão com os humanistas cristãos, favoráveis a uma reforma da Igreja católica, inclusive em termos de dogma, que aproximaria o catolicismo do protestantismo. É essa a lição que se depreende da leitura de La Boétie sobre o édito de janeiro de 1562. Enquanto a Igreja não for reformada, no entanto, o pensador aconselha que se convertam todos os franceses, por decreto real, a uma mesma religião:

*J'ai cette opinion que si on ne voulait avoir égard qu'à l'utilité de ce royaume et à la conservation de cet État, il vaudrait mieux changer entièrement la religion et tout d'un coup que d'accorder l'intérim*²⁰⁶.

²⁰⁴ “Que fruto recolhemos dessa tolerância? Sempre as coisas foram piorando e a desordem aumentou a olhos vistos, e desde então, se prestarmos atenção, sempre o dia seguinte foi pior e mais infeliz do que o dia anterior”, id., ibid., pp.123-124.

²⁰⁵ “a cidade dividida está conquistada pela metade”, id., ibid., p.121.

²⁰⁶ “Eu tenho esta opinião de que, se só se quisesse considerar a utilidade deste reino e a conservação deste Estado, seria melhor mudar inteiramente a religião, e de uma vez só, que conceder o provisório”, id., ibid., p.121. La Boétie toma emprestado o título do *Intérim d'Augsburg*, concedido em 1548 pelo Imperador aos protestantes alemães até que um concílio

Neste ponto, como em outros ao longo do *Mémoire*, não é claro qual das duas seria a religião escolhida. É possível que essa indeterminação (assim como a declaração feita na primeira parte do trecho citado acima, e que se refere a considerar apenas o que é útil ao Estado) signifique que a questão religiosa era menos importante para La Boétie do que o problema do Estado, e que o esforço primeiro do rei deveria ser o de conservá-lo, e não a uma das religiões. Uma conversão em massa garantiria a unidade do reino, e evitaria que a dissensão religiosa acarretasse a fragilidade da França frente aos vizinhos. Para esse autor parece, em meados de 1562, que qualquer das duas religiões, protestantismo ou catolicismo, seria melhor do que a divisão resultante do édito de Janeiro.

Como previra Étienne de La Boétie, a permissão do culto protestante tem, nessa primeira experiência da tolerância civil, o mesmo resultado das proibições anteriores e do édito de Julho de 1561: o aumento das tensões entre católicos e protestantes. A nova política da Coroa, mal recebida pela maioria dos franceses – sobretudo os católicos intransigentes –, e os apelos pela paz, movimentos e decisões no sentido de impedir que os desentendimentos se tornassem confrontos armados, fracassam. O resultado imediato da autorização dada aos protestantes no édito de Janeiro de 1562 de, ainda que com várias restrições, celebrarem seus cultos, foi o início das guerras de religião. Com raras exceções, os éditos e contratos de paz que se seguirão aos conflitos armados serão menos favoráveis aos protestantes do que o de Janeiro.

No dia 1º de março de 1562, o duque de Guise, já não mais lugar-tenente geral do reino, e seus homens atacam uma assembléia protestante em Wassy, matam entre 25 e 50 pessoas, e deixam cerca de 150 feridos. É o início da primeira guerra de religião. Nela, os exércitos reais são comandados pelo rei da Navarra, Antoine de Bourbon, novo lugar-tenente geral, que após a – relativa – legalização do protestantismo e a instauração – também relativa – da dualidade religiosa na França havia trocado a moderação pelo partido católico – dando a ele a legitimidade do apoio de um príncipe de sangue. A ele se opõem as forças protestantes reunidas pelo príncipe de Condé, seu irmão. É uma guerra de poucas

geral decidisse sobre a dissensão religiosa na Alemanha. O *provisório* garantia aos convertidos alguma (pouca) liberdade quanto ao culto, significando assim a coexistência entre catolicismo e protestantismo nas terras do Império. Para La Boétie, essa decisão e a do édito francês de janeiro de 1562 eram semelhantes.

batalhas – Dreux e Vergt – e muitos cercos – Orange, Sisteron, Montpellier, Rouen, Orléans, Poitiers, Bourges, Blois, Beaugency, e Le Havre. Nas cidades e nos campos do reino, os embates entre católicos e protestantes foram violentos. As populações citadinas, na sua maioria fiéis à Igreja de Roma, foram responsáveis por inúmeros massacres semelhantes ao de Wassy.

A guerra é decidida pela morte dos principais líderes do campo católico. Antoine de Bourbon é morto durante o cerco de Rouen, entre setembro e outubro de 1562; o marechal de Saint-André, um dos triúmviros, morre na batalha de Dreux, em dezembro; em fevereiro do ano seguinte, o duque de Guise é assassinado enquanto prepara o assalto final a Orléans. No mês seguinte é assinado o édito de pacificação de Amboise.

Retomando as decisões do édito de Janeiro, o de Amboise institui oficialmente a liberdade de consciência (reservada apenas a alguns protestantes). É a primeira vez que a expressão aparece em um documento oficial da Coroa:

*dorénavant tous Gentilshommes qui sont Barons, Châtelains, Hauts-Justiciers, et Seigneurs tenant plein Fief de Hauber, et chacun d'eux, puissent vivre en leurs maisons (lesquelles ils habiteront) en liberté de leurs consciences, et exercices de la Religion qu'ils disent réformée, avec leurs familles et sujets*²⁰⁷.

Quanto ao culto, o édito restringe-o aos subúrbios de apenas uma cidade por bailia ou senescalia, repetindo a esperança de que um futuro concílio, “*bon, saint, libre et général ou national*”²⁰⁸, possibilitasse a reunião dos franceses em uma só religião. A coexistência é apenas temporária, e limitada pelo seu objetivo de prover à normalização da vida na França e do funcionamento do governo, mas deixa o protestantismo em um equilíbrio tênue entre heresia e religião revelada.

As decisões do édito de Amboise não agradarão inteiramente a nenhum dos dois lados, provocando reações tão vigorosas quanto o fizera o édito de 1562: protestantes (sobretudo Théodore de Bèze e Calvino) e católicos rejeitaram o novo édito, e os parlamentos negaram-se a registrá-lo²⁰⁹. A confirmação da liberdade de

²⁰⁷ “todos os Fidalgos que forem Barões, Castelãos, tiverem direito de alta justiça, e Senhores tendo pleno feudo *de Haubert*, e cada um deles, possam viver nas suas casas (nas quais morarão) em liberdade das suas consciências, e exercício da Religião que eles dizem reformada, com suas famílias e súditos”, Stegmann, op.cit., p.34.

²⁰⁸ “bom, santo, livre e geral ou nacional”, *ibid.*, p.33.

²⁰⁹ Um édito apenas se tornava plenamente reconhecido como lei depois de ter sido ratificado, registrado nos autos dos parlamentos do reino – *vérifié*, dizia-se no século XVI. O primeiro parlamento, em importância, era o de Paris, que se pronunciava antes dos demais sobre a aplicação de um édito, e cuja posição tinha valor determinante. Os outros sete parlamentos eram os de Grenoble, Dijon, Toulouse, Bordeaux, Aix, Rennes e Rouen. Um édito que não tivesse sido

consciência não serve aos católicos – que após comandarem os exércitos reais contavam com a retomada da política de repressão à dissensão religiosa –, enquanto a redução do direito de culto e reunião decepciona os protestantes que esperavam, depois de mostrarem sua força nos campos de batalha (e depois da morte de três dos principais chefes católicos), ver sua participação no reino aumentada. Sobretudo, uma mesma reivindicação será apresentada por católicos e protestantes: o estabelecimento definitivo de uma única religião do reino.

As críticas que haviam sido feitas antes da guerra ao caminho escolhido pelo chanceler Michel de L'Hospital, e as apreensões que ele gerou, repetem-se após a assinatura do édito de Amboise. O vigário de Provins, Claude Haton, declara que a paz é um “*édit de liberté huguenotique*”²¹⁰, e que a existência de duas religiões sob o mesmo rei fere a sua majestade, pois “*la Religion que tient le Prince, soit bonne ou mauvaise, induit les sujets à la prendre*”²¹¹. Argumento semelhante serve de base às *Remonstrances faictes au roy de France, par les deputez des trois Etats du Duché de Bourgoigne, sur l'Edict de la pacification des troubles du Royaume de France*, compostas por Jean Bégat por encomenda do marechal de Saulx-Tavannes. Bégat argumenta que “*d'autant que le Prince est maître de la Loi, faire ne se peut ni doit que le Prince Chrétien ait des sujets d'autre religion que la sienne*”²¹², pois ele seria obrigado então a tratá-los diferentemente sob a lei, e, em vista dessa diferença, estabelecer leis distintas, ou de peso desigual, para católicos e protestantes.

A religião do rei deve ser a religião de todos os seus súditos, essa é a mensagem da intransigência católica ao rei Carlos IX e em especial a Catarina de Médici e ao chanceler Michel de L'Hospital, principais formuladores dos termos do édito de 1563. É a eles que Bégat se refere ao perguntar: “*Qui sont donc ceux qui veulent dire qu'un Monarque Chrétien peut tolérer deux diverses sectes en son royaume, sans la ruine d'icelui?*”²¹³. É possível a co-existência de duas

registrado por um parlamento poderia ser aplicado depois de confirmado por outro, mas permanecia necessário que os parlamentos todos o ratificassem. A importância atribuída ao registro dos éditos era tanta que, por vezes, a data da verificação destes era considerada mais importante do que a da sua promulgação pelo rei (cf. Cottret, op.cit., pp.202-203)

²¹⁰ “édito de liberdade huguenótica”, *Mémoires de Claude Haton...*, apud Christin, op.cit., p.56.

²¹¹ “a religião que segue o príncipe, seja boa ou má, conduz os sujeitos a seguirem-na”, *Mémoires de Claude Haton...*, apud id., ibid., pp.58-59.

²¹² “O príncipe é mestre da lei, não se pode nem deve fazer com que o príncipe cristão tenha súditos de outra religião que não a sua”, Bégat, 1564, p.6.

²¹³ “Quem são portanto esses que querem dizer que um Monarca Cristão pode tolerar duas seitas diversas em seu reino, sem a ruína deste?”, id., ibid., p.19.

religiões? Aos deputados, que se ocupavam em garantir a observância das leis fundamentais do reino, cabia perguntar acerca das conseqüências das decisões do édito de Amboise para o governo da França; em outras palavras, cabia questionar a validade de tal decisão sob a perspectiva da lei e da administração da república.

Também a reação protestante não tarda a se expressar, em argumentações semelhantes às manifestações de Bégat e Haton. Um embaixador espanhol na corte francesa descreve a pressão que alguns protestantes próximos ao rei, como o príncipe de Porcien, infligem contra a paz de Amboise. Porcien, conta o embaixador em carta publicada com as memórias de Condé, “*ose dire à la Reine à chaque pas, que le Roi son fils n’y elle ne sont point obéi (...) et qu’il faut qu’elle choisisse une des deux religion et qu’elle la fait suivre de tous*”²¹⁴.

Foco dos descontentamentos de ambos os grupos, a autoridade real é a maior prejudicada pela permanência das tensões. É preciso justificar, tanto aos católicos quanto aos protestantes, o fato de não se ordenar imediatamente o estabelecimento de uma só religião na França. É preciso defender o édito de Amboise e o movimento político que ele representa.

É o que fazem Catarina de Médici e Michel de L’Hospital. A Coroa responde a Bégat e aos estados da Borgonha pela *Apologie de l’édit du roy sur la pacification de son royaume, contre la remontrance des États de Bourgogne* (1564), cujos argumentos, segundo Jouanna, inspiram-se nas idéias do chanceler²¹⁵. A apologia reforça a autoridade do monarca ao afirmar a subordinação da administração pública a ele, “*car c’est le chef de toute la patrie, sous le soin et bon conseil duquel consiste la protection et entretenement du repos public*”²¹⁶. E adverte: “*C’est à lui de vous commander, et à vous d’obéir promptement*”²¹⁷.

Essa primeira consideração é, segundo o panfletista a serviço da Coroa, suficiente para justificar o édito de Amboise, pois ela se funda no reconhecimento da obediência inequívoca devida ao rei. Para tornar no entanto inteiramente nulas

²¹⁴ “ousa dizer à rainha a cada passo que o rei, seu filho, e ela não são em absoluto obedecidos (...) e que é necessário que ela escolha uma das duas religiões e que ela a faça seguir por todos”. Carta do embaixador espanhol publicada com as *Memoires de Condé*, citada em Christin, op.cit., p.230, nota 57.

²¹⁵ Jouanna, op.cit., p.146.

²¹⁶ “pois é o chefe de toda a pátria, sob o cuidado e bom conselho do qual inside a proteção e conservação da tranqüilidade pública”, *Apologie de l’edit du Roy sur la pacification de son royaume, contre la remontrance des estats de Bourgogne*, 1564, p.4.

²¹⁷ “Cabe a ele vos comandar, e a vós obedecer prontamente”, id., ibid., p.56.

as críticas de Bégat quanto às cláusulas da pacificação, o autor anônimo toma o argumento usado nas *Remonstrances* segundo o qual “*la couleur de tolérer les sectes à l’imitation des précédents Empereurs Chrétiens se trouvera fausse, et de dangereux conseil, et pernicieux exemple*”²¹⁸, e conclui que o seu trabalho é simplesmente o de contradizer um dos elementos da afirmação, pois o outro será assim automaticamente invalidado:

*Si donc je vous puis prouver que les bons Empereurs et sages Princes, ont permis et toléré religion contraire à celle qu’ils tenaient, vous reviendrez, comme je pense, à reconnaissance de votre faute*²¹⁹.

Para a rainha-mãe e para o chanceler, a suspensão da unidade religiosa não era motivo para a ruína do reino, enquanto o inverso, a obrigação a ela, era a causa da guerra. O tempo, no entanto, poria fim à necessidade de recorrer a expedientes como a liberdade de consciência e a relativa liberdade de culto, e a reunião sob uma só Igreja seria então novamente possível. Mas somente após o restabelecimento da paz e da ordem dentro do reino. Ao bispo de Rennes, Catarina justifica o édito explicando que através dele não se pretende intervir na ordem religiosa alterando-a, e sim possibilitar, na França, a sua restauração:

*l’intention du Roi mon fils et la mienne n’est pas de laisser établir, par le moyen de ladite pacification une nouvelle forme et exercice de religion en ce royaume, mais bien pour parvenir avec moins de contradiction et difficulté à la réunion de tous nos peuples en une même sainte et catholique religion*²²⁰.

Ao tomarem a decisão de que esses objetivos seriam atingíveis apenas através da aceitação, temporária, da coexistência, o chanceler e a regente reafirmam a novidade da sua posição, considerando a possibilidade de lidar com o problema da Reforma religiosa sob uma perspectiva secularizada, distinguindo as necessidades da república das necessidades da Igreja. Para Olivier Christin, “*c’est parce qu’elle met entre parenthèses les questions théologiques que la paix est*

²¹⁸ “o pretexto de tolerar as seitas como imitação dos Imperadores Cristãos anteriores será considerado falso, e de perigoso conselho e pernicioso exemplo”, id., ibid., p.6.

²¹⁹ “Se portanto eu puder provar que os bons Imperadores e sábios Príncipes permitiram e toleraram religião contrária à que eles tinham, vós retornareis, como penso, ao reconhecimento do vosso erro”, id., ibid., p.7.

²²⁰ “a intenção do Rei meu filho e a minha não é de deixar estabelecer-se, através da dita pacificação, uma nova forma e exercício de religião neste reino, mas sim para realizar com menos contradição e dificuldade a reunião de todos os nossos povos em uma mesma santa e católica religião”, apud Jouanna, op.cit., p.146.

pleine de promesses pour l'avenir”²²¹. Ao silenciar sobre a perspectiva teológica da primeira guerra de religião, o édito de Amboise torna-se um tratado de tolerância civil. A máxima que havia longamente regido a monarquia francesa, *un roi, une loi, une foi*, é rompida pela Coroa, mesmo que ela insista sobre o caráter apenas provisório dessa ruptura, e portanto sobre o retorno futuro à unidade religiosa. Nesse momento específico, no entanto, o rei precisava manter-se, com o instrumento da lei, apesar de serem duas as religiões no seu reino.

Frente à ação da Coroa, e ao seu relativo distanciamento com relação à tradição monárquico-religiosa, os grupos opostos de protestantes e católicos constroem suas reivindicações sobre a idéia de que um reino, e um rei, significam uma só religião. Não é possível haver duas pois todos os súditos têm que estar igualmente submetidos ao rei e à lei (real): o cimento social e político do reino, declaram, é a religião²²². Esses são os termos da recusa ao édito de Amboise, à coexistência de católicos e protestantes no reino, à tentativa da Coroa de impor a tolerância civil como solução para os conflitos gerados pela dissensão religiosa.

Para amenizar as reações adversas, o chanceler desenvolverá, nos meses que se seguem ao édito, duas das suas idéias centrais, que já haviam sido apresentadas no discurso de Saint-Germain, em 1562: todo súdito, independentemente da sua religião, responde de forma semelhante à autoridade do rei, todo súdito portanto é um cidadão, e sua confissão não interfere na sua relação com o Estado; a segunda idéia, decorrente dessa primeira, é a de que a unidade religiosa, quando imposta, pode ser prejudicial ao reino. No núcleo desses dois argumentos está a necessidade de separar as questões do Estado das questões da Igreja, necessidade que formará a base teórica da tolerância civil e que faz parte do movimento de secularização e de desenvolvimento do Estado moderno. Para L'Hospital, não é a religião que dá forma ao reino, e sim a autoridade monárquica. É ela que deve ser o motor e o objetivo da reunificação dos franceses; a unidade da França é ela que cria. Optar pela imposição da reunificação religiosa pode prejudicar o reino porque se a lei determina que o catolicismo é a única religião na França, ter outra confissão torna-se sedição. O protestante não será então apenas herege, ele será um rebelde frente à autoridade da lei, que é a autoridade do rei, e como tal deverá

²²¹ “é porque ela coloca entre parênteses as questões teológicas que a paz é repleta de promessas para o futuro”, Christin, op.cit., p.221 nota 48.

²²² Cf. id., ibid., p.59.

ser punido pela lei. Se ela, por outro lado, não determinar nem pretender impor uma religião para o reino, é cada homem que faz a sua opção, que não interfere no funcionamento do Estado. Contrariando o que ensinava a tradição monárquico-religiosa francesa, L'Hospital propunha assim que a liberdade de consciência não só não prejudicava o reino, como poderia mesmo salvá-lo. Trata-se de uma solução essencialmente política, no sentido de que ela se baseia nas relações entre os homens, como se dão no espaço público, e tem como objetivo a condução dessas relações e desses homens no sentido do bem comum. Essa definição de política era a que aparecia na França no mesmo momento das guerras de religião. Porque ela era uma inovação que significava romper com o *status quo*, nem todos os franceses acompanhavam o chanceler na sua decisão de operar através dela. Foi sobretudo por isso, por não reconhecerem a separação – mesmo que temporária, mesmo que limitada – entre Igreja e Estado como uma via de ação benéfica, possível, ou autorizável, que os esforços empreendidos pelo chanceler para justificar o édito de Amboise não convenceram a maioria dos católicos e protestantes do reino.

A tarefa não era simples. Segundo Jouanna,

*La partie (...) se joue à trois (sans compter les puissances extérieures et leurs pressions): les réformés engagés dans leur combat pour l'Evangile, les catholiques intransigeants qui ne se résignent pas à la perte de l'unité religieuse, et ceux qui tâtonnent, avec des motivations diverses, en quête de solutions nouvelles rendant possible la coexistence*²²³.

Este último grupo, o do chanceler e da rainha-mãe, havia se empenhado em converter os outros dois – ou pelo menos um número suficiente de indivíduos entre eles para formar uma base de apoio sólida – em “*partisans (...) de la tolérance*”²²⁴. O seu insucesso deve-se sobretudo à pressão do partido católico, que consegue da Coroa a publicação de um novo édito, em 1564, estabelecendo a proibição de qualquer reunião de protestantes em sínodos. A declaração de Roussillon, no entanto, tem o resultado de intensificar o descontentamento protestante. Um *Advertissement* publicado em 1565, precedido de uma carta do

²²³ “A partida (...) se joga a três (sem contar as potências estrangeiras e suas pressões): os protestantes empenhados no seu combate pelo Evangelho, os católicos intransigentes que não se resignam à perda da unidade católica, e aqueles que tateiam, com motivações diversas, em busca de soluções novas que tornem possível a coexistência”, Jouanna, op.cit., pp.143-44.

²²⁴ “partidários (...) da tolerância”, id., ibid., p.144.

príncipe de Condé à rainha-mãe, soma às críticas feitas ao édito de Amboise o assombro frente às mudanças estabelecidas nele pelo novo édito, anunciando que

*les restrictions y contenues, sont si aigres et mordantes que l'on n'en peut espérer sinon des conjurations et monopoles ou bien les chutes du tout en athéisme, par un abandon et mépris de religion*²²⁵.

A alguns protestantes parece, então, que a transigência religiosa que permitia a sua existência – e que eles mesmos preferiam anular, em favor da conversão completa do reino ao protestantismo – estava sendo suprimida, mas em favor dos seus adversários católicos.

Quatro anos após a assinatura do primeiro édito de pacificação, as tensões – muitas delas provocadas pela própria paz de Amboise – levam novamente ao confronto armado. O endurecimento de ambos os lados, a intransigência católica e o descontentamento protestante quanto às limitações decididas pelos éditos de Amboise e Roussillon, levaram este último grupo à decisão de que tinham mais a ganhar com um *coup-de-force* do que a perder. O movimento inicial que resultou na segunda guerra de religião partiu, portanto, dos protestantes. À semelhança da Conjuração de Amboise e da primeira guerra a sua justificativa baseava-se, no entanto, no dever de resistência que os impelia a defenderem o jovem rei, libertando-o do governo tirânico dos Guise. Em 26 de setembro de 1567, após formar uma cavalaria de cerca de 500 homens, o príncipe de Condé avança sobre Meaux, onde está reunida a corte. Assustado, Carlos IX pede aos soldados suíços que o escoltem em segurança até Paris. A aproximação dos protestantes parece à corte um ataque, apesar das repetidas tentativas feitas para legitimar a ação de Condé, e é determinante para que se repita em 1567 o que havia acontecido em 1562: o exército real é comandado pelos grandes senhores católicos, e dentro dele a motivação é eliminar a heresia do reino.

A segunda guerra de religião é igualmente marcada pela violência dos massacres nas cidades e nos campos, como em Nîmes – onde os protestantes atacam os católicos – e em Paris, onde o inverso acontece. São dois os momentos decisivos da guerra: a batalha de Saint-Denis, em que morre o condestável de Montmorency, e o cerco de Chartres. O fim do cerco, em meados de março de

²²⁵ “as restrições aí contidas são tão ásperas e desabridas que não se podem esperar senão conjurações e monopólios ou a queda de todos no ateísmo, pelo abandono e desprezo da religião”. *Lettres de Monseigneur le Prince de Condé à la Roine mère du Roy avec advertisement...* (1565), apud Christin, op.cit., p.56.

1568, resulta no fim da guerra. No dia 23 do mesmo mês, é assinada a paz de Longjumeau. Como o édito de Amboise, este reitera as decisões expressas no de Janeiro de 1562, chegando a ampliar o direito de culto nas terras dos senhores protestantes. Como nos éditos anteriores, “*jusqu’à ce qu’il ait plu à Dieu nous faire la grâce que nos sujets soient réunis en une même religion*”²²⁶.

Desde o início da guerra, a Coroa e os protestantes haviam tentado negociar os termos de uma nova pacificação. Publicadas em 1568 nas *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France*, as condições e os incidentes que marcaram os debates revelam as desconfianças mútuas acerca das intenções de um e outro lado e do seu comprometimento com a paz. As *Memoires* descrevem, do ponto de vista de Condé e seus aliados, as tentativas de estabelecerem-se com Carlos IX os termos de uma pacificação. Na sua primeira carta, transmitida pelo senhor de Combault, o rei afirma a sua intenção de restaurar as cláusulas confirmadas pelos estados gerais de Orléans, baseadas no édito de Amboise de 1560. Em troca, Condé e os seus têm que abandonar as armas, voltar para as suas terras e casas, devolver as cidades conquistadas ao rei e dispensar as forças estrangeiras chamadas para participarem da guerra. Entusiasmados com as propostas de Carlos IX, os protestantes acreditam não apenas em uma pacificação, mas na sua reintegração junto ao rei, que parece ter se libertado da influência dos Guise.

Par ces Articles, Monsieur le Prince et ceux de sa compagnie entrèrent en grande espérance de Paix. Et pour être plus certains de l’intention du Roi, voulurent ouïr Combault sur le fait de sa charge : Qui leur dît que le plus grand désir de sa Majesté était de mettre fin aux troubles, réunir ses sujets, ôter pour l’avenir toute occasion de querelle, et établir un perdurable repos. Que pour montrer la bonne affection qu’il porte à son peuple, spécialement à la Noblesse, il voulait permettre aux Gentilshommes indifféremment, et sans aucune restriction, l’exercice de la Religion ²²⁷.

Disposto então a se empenhar no estabelecimento de um novo acordo de paz, o partido protestante elege como representantes o cardeal Odet de Châtillon –

²²⁶ “até que tenha agradado a Deus fazer-nos a graça de que nossos súditos sejam reunidos em uma mesma religião”, Stegmann, op.cit., p.58, art.14.

²²⁷ “Por esses Artigos, o Senhor Príncipe e os da sua companhia entraram em grande esperança de Paz. E para estarem mais assegurados da intenção do Rei, quiseram ouvir Combault sobre o conteúdo da sua comissão: Que lhes disse que o mais desejo da sua Majestade era colocar fim às perturbações, reunir seus súditos, subtrair para o futuro qualquer ocasião de querela, e estabelecer uma durável tranquilidade. Que para mostrar a boa afeição que ele tem pelo seu povo, especialmente pela Nobreza, queria permitir aos Fidalgos indiferentemente, e sem nenhuma restrição, o exercício da Religião”, *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France. Avec l’exhortation à la Paix*, 1568, s/p.

que havia sido um dos grandes inquisidores nomeados pelo papa em 1557, e, em 1561, havia se convertido ao protestantismo –, e os condes de la Rochefoucault e de Bouchavanes, que serão enviados à corte com a função de esclarecer todos os pontos que, nas propostas apresentadas pelo rei, eram pouco evidentes, e poderiam provocar novas divergências. Para informar o rei dessa decisão, o senhor de Téligny é enviado a Paris,

*avec charge de le remercier très humblement du bien qu'il faisait à ses sujets, le supplier de croire qu'autre chose ne les avait mît à prendre les armes, que la juste crainte qu'ils avaient eue, que l'on voulût attenter contre la liberté de leur Religion, et contre leurs personnes. Ce qu'ils voyaient ne pouvoir être exécuté, qu'avec la ruine du Royaume, à la conservation duquel ils avaient eu plus d'égard qu'à leurs propres vies*²²⁸.

Ainda no caminho até a capital, o enviado protestante é no entanto surpreendido por notícias que o fazem temer pela viabilidade de uma pacificação. De um jovem conde de Lansac, Téligny ouve que as informações que chegavam ao eleitor-palatino Frederico III – que havia decidido enviar seu filho, o conde Jean Casimir, para apoiar Condé – atribuíam ao movimento protestante iniciado em Meaux a intenção de destituir o rei e tomar o governo. Segundo Lansac, ele mesmo havia sido imbuído de relatar ao eleitor-palatino que

*les armes n'avaient été prises pour la Religion réformée (laquelle le Roi avait permise à ses sujets en pareille liberté, que la Catholique Romaine) mais pour l'État du Royaume, duquel Monsieur le Prince de Condé se voulait emparer, se faisant déjà nommer Louis treizième, et forger monnaie de son coin. Semblable accusation était contenue par lettres surprises, que l'on écrivait en Allemagne : et en outre portaient icelles lettres, que ceux de l'armée de Monsieur le Prince de Condé montraient bien qu'ils ne faisaient la guerre pour la Religion, d'autant qu'ils ne touchaient à Prêtres ni à temples*²²⁹.

Outro enviado protestante à corte, o senhor de Saint-Simon, representante do almirante de Coligny, toma conhecimento das movimentações do novo duque de Guise – filho do precedente, assassinado em uma emboscada em 1563 – que

²²⁸ “com comissão de agradecer-lhe muito humildemente pelo bem que ele fazia aos seus súditos, suplicar-lhe que acreditasse que outra coisa não os havia impelido a tomar em armas senão o justo temor que tinham tido que se quisesse atentar contra a liberdade da sua Religião, e contra as suas pessoas. O que eles entendiam não poder ser executado a não ser com a ruína do Reino, cuja conservação era mais importante para eles do que as suas próprias vidas”, *ibid.*, s/p.

²²⁹ “as armas não tinham sido desembainhadas pela a Religião reformada (que o Rei havia permitido aos seus súditos com a mesma liberdade da Católica Romana) mas pelo Estado do Reino, do qual o Senhor Príncipe de Condé queria apoderar-se, já se fazendo chamar Luís XIII, e forjando moeda do seu cunho. Semelhante acusação era contida em carta apreendidas, que se escreviam na Alemanha: e além disso diziam essas cartas que os do exército do Senhor Príncipe de Condé mostravam bem que não faziam a guerra pela Religião, dado que não tocavam em Padres nem tempos”, *ibid.*, s/p.

angariava forças na Lorena, e do duque de Nevers, que reunia tropas italianas e suíças²³⁰, e reporta ao almirante sua opinião de que as negociações seriam na verdade uma manobra, elaborada pelo rei e pelos grandes senhores católicos com a intenção de surpreender os protestantes e assim poder melhor destruí-los.

Apesar das incertezas, as negociações prosseguem, e o cardeal de Châtillon parte ao encontro do rei. Também ele recolhe, no caminho até a corte, informações que sugerem que o verdadeiro interesse da Coroa não era o de restabelecer a paz. A demora em ser recebido pela rainha-mãe, os muitos intermediários que vêm ao seu encontro em lugar de Carlos IX somam-se às suspeitas crescentes do cardeal. Apesar das boas intenções expressas por Catarina de Médici, chegam a Odet de Châtillon repetidas advertências de que

*l'intention de quelques-uns, que l'on dit être s'emparés, non seulement du maniment et conduite des affaires de ce Royaume, mais aussi veulent disposer à leur plaisir des opinions et volontés du Roi et de la Reine, était délibérée d'empêcher la Paix*²³¹.

Quando finalmente a resposta do rei quanto aos pontos levantados pelos protestantes é anunciada, ela parece confirmar os temores de que não era a paz, e sim a guerra com os protestantes que a Coroa desejava. Os senhores de Morvilliers e Lansac são os responsáveis por transmitir ao cardeal as três observações feitas por Carlos IX, assinadas e datadas de 20 de janeiro de 1568. Na primeira delas, segundo as *Memoires*, o rei afirma que, para impedir uma nova revolta protestante, a promessa feita por Condé, cuja palavra, diz o texto, já havia sido quebrada uma vez, não era suficiente. Igualmente insatisfeito está Carlos IX com o fato de os mercenários contratos pelo príncipe não terem sido dispensados, como já lhe havia sido ordenado. O último ponto dá conta de que “*sa Majesté demeurerait toujours en scrupule de ce qui était advenu entre Paris et Meaux, ne pouvant croire autrement, que ce ne fut une entreprise faite contre sa personne*”²³².

²³⁰ *ibid.*, s/p.

²³¹ “a intenção de alguns, que se dizia terem se apoderado, não somente do manejo e condução dos assuntos deste Reino, mas também quererem dispor ao seu bel prazer das opiniões e vontades do Rei e da Rainha, era deliberada para impedir a Paz”, *ibid.*, s/p.

²³² “sua Majestade permanecia ainda reticente do que tinha acontecido entre Paris e Meaux, não podendo acreditar que não tenha sido uma ação contra a sua pessoa, *ibid.*, s/p.

Desconfiança do rei em relação aos protestantes; desconfiança dos protestantes em relação ao rei. O cardeal declara em resposta que os artigos do édito de Orléans quanto a conservar os súditos protestantes

*en la liberté de leur Religion, et de les maintenir en sûreté de leurs vies, biens et honneurs, ne leur avait été aucunement gardée ni tenue. Combien d'injures, violences, meurtres et massacres publics et privés ont-ils souffert*²³³,

apesar de proibidas as perseguições motivadas pela diferença de religião? Se o rei se recusa a recebê-lo pessoalmente, atrasando o sucesso das negociações pelos entraves criados pelos intermediários enviados; se o evento de Meaux é lembrado apesar de as justificativas apresentadas por Condé na época terem sido consideradas pelo rei satisfatórias; se a palavra do príncipe é colocada em dúvida, a verdade é que, diz Châtillon, “*ce sont tous moyens recherchés pour se départir de ce que le Roi avait accordé, et que ceux qui sont autour de sa personne, n’ont leur but dressé à la paix*”²³⁴.

Em falta de paz, volta-se à guerra. Os protestantes tomam Tours e Blois, e cercam a cidade de Chartres. O exército reunido por Carlos IX, enorme, chega talvez a contar cem mil homens²³⁵. Mas apesar do vigor aparente, as dificuldades financeiras e logísticas fragilizam as forças reais. Também para o lado protestante os custos da manutenção da guerra tornam-se um problema. Em fevereiro, o cardeal de Châtillon volta a participar das negociações de paz, dessa vez frente ao marechal François de Montmorency.

A elaboração do édito de Longjumeau, tão favorável aos protestantes, depois dos desentendimentos descritos nas *Memoires sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France*, deve-se ao trabalho do chanceler Michel de L’Hospital. Insistindo na aproximação de católicos e protestantes quando é de questões referentes ao governo do reino que se trata, o chanceler retoma a defesa dos princípios da tolerância civil. No novo tratado, as cláusulas de Amboise são retomadas e o direito de culto nas terras dos senhores convertidos é estendido. Para André Stegmann, a paz “*satisfait toutes les exigences*

²³³ “na liberdade da sua Religião, e de mantê-los seguros quanto às suas vidas, bens e honras, não haviam sido respeitados nem realizados. Quantas injúrias, violências, assassinatos e massacres públicos e privados sofreram eles”, *ibid.*, s/p.

²³⁴ “são todos meios buscados para desviar-se do que o Rei tinha acordado, e que aqueles que estão em torno à sua pessoa não visam a paz”, *ibid.*, s/p.

²³⁵ Jouanna, *op.cit.*, p.170.

protestantes”²³⁶, entre elas a anistia total para os envolvidos na guerra – incluindo Condé e seus companheiros na Surpresa de Meaux – e o pagamento dos mercenários contratados, que é assumido pelo Tesouro real.

A repetição dos confrontos armados e a insistência da Coroa nas determinações que permitem a presença e o culto protestante na França têm no entanto duas consequências amargas para os partidários da tolerância civil: em fins de junho de 1568 o chanceler Michel de L’Hospital é afastado do conselho e, em agosto, inicia-se a terceira guerra de religião.

As tensões que haviam levado à Surpresa de Meaux, as desconfianças múltiplas, de católicos, protestantes e da Coroa – desconfianças que são claramente expressas nas negociações entre os protestantes e o rei durante a segunda guerra civil – não são apaziguadas pelo édito de Longjumeau. Pelo contrário, a crueldade da guerra aprofundou os ódios e a paz não conseguiu produzir conciliação.

As propostas de coexistência de L’Hospital, expressas nos éditos de Janeiro de 1562, de Amboise e de Longjumeau, aplicavam-se a todos os campos de ação do Estado. No conselho, as consequências da liberdade concedida aos protestantes geravam desentendimentos freqüentes entre o chanceler e o cardeal de Lorena. O mais grave enfrentamento resultou no afastamento do chanceler do conselho. Os gastos gerados pelas guerras civis obrigavam a Coroa a recorrer a expedientes emergenciais para suprir o Tesouro, sendo o mais comum deles a alienação dos bens da Igreja. Em 1568, o papa havia permitido uma segunda alienação, impondo como condição o comprometimento do rei na eliminação do protestantismo na França. Ao recusar-se a receber a bula papal, L’Hospital, desgastado pelas críticas e pelas guerras, é vencido pelos católicos intransigentes do conselho do rei que, além de afastá-lo em junho, retiraram dele, em setembro, o cargo de chanceler. Em L’Hospital o partido católico reconhecia um oponente de um tipo específico: para o chanceler, um *politique*, a unidade do reino precisava ser fortalecida não com base na identidade religiosa, mas na autoridade do rei e na sua função de promover o bem comum. Em 1568, segundo Jouanna, “*les catholiques intransigeants commencent à dénoncer les « Politiques » comme des adversaires*

²³⁶ “satisfaz todas as exigências protestantes”, Stegmann, op.cit., p.52.

plus dangereux que les hérétiques”²³⁷, pois eles abordavam o problema religioso por um ângulo secularizado.

A terceira guerra de religião, mais longa do que as duas anteriores, durando de agosto de 1568 a agosto de 1570, distinguiu-se também delas por três fatores: a internacionalização do conflito, o surgimento de uma nova liderança católica, e a decretação de dois éditos radicalmente opostos.

Para compensar o apoio interno que o afastamento de L’Hospital da chancelaria parecia lhes retirar, os protestantes buscaram na Inglaterra, na Alemanha e nos Países Baixos apoio externo para a sua causa. Por seu lado, a Coroa, conhecendo os acordos entre os protestantes e Elizabeth I, precisava assegurar-se de que, em caso de ameaça inglesa, teria como garantir uma vitória sobre um inimigo que tinha aliados dentro da França. Ao aproximar-se dos católicos intransigentes e da Espanha, a Coroa parecia, aos olhos dos protestantes, confirmar a existência de uma grande aliança cujo objetivo, supostamente traçado em uma entrevista realizada em 1565 em Bayonne entre Catarina de Médici e o duque de Alba, representante de Felipe II, seria eliminar o protestantismo de toda a Europa.

As batalhas de Jarnac – onde morre o príncipe de Condé – e Moncontour revelaram em Henrique de Anjou, irmão de Carlos IX, um novo campeão das guerras de religião. Membro da família real, herdeiro do trono, lugar-tenente geral do reino após a morte do condestável de Montmorency, Anjou era uma adição importante à causa católica, pois ao mesmo tempo em que dava legitimidade à sua posição, enfraquecia o argumento protestante segundo o qual era preciso libertar o rei da presença ilegal dos Guise no governo. Carlos IX não havia tomado parte em nenhuma batalha nas duas guerras anteriores²³⁸, e Anjou, lutando ao lado do novo duque de Guise, manifestava a concordância da Coroa com a luta católica.

Apesar de a presença de Anjou na guerra poder ser uma declaração da união entre a Coroa e o partido católico, o édito de Saint-Germain, à primeira vista, não se distinguia muito das duas primeiras tentativas de pacificação, cujas bases já haviam sido dispostas no édito de janeiro de 1562. No entanto, a situação do édito

²³⁷ “os católicos intransigentes começam a denunciar os “*Politiques*” como adversários mais perigosos que os hereges”, Jouanna et al., op.cit., p.1388.

²³⁸ Após a derrota dos exércitos franceses em Pávia, em 1525, e a captura de Francisco I pelos espanhóis, havia se tornado hábito na França afastar o rei da liderança dos exércitos reais em combate.

de Saint-Germain, assinado em agosto de 1570, é particular. Em setembro de 1568, cerca de um mês após o início da terceira guerra de religião, Carlos IX havia instituído as *ordonnances* de Saint-Maur, anulando os éditos de Janeiro, de Amboise e de Longjumeau e proibindo o culto protestante na França.

As ordenações rompem brutalmente a política de coexistência seguida pela Coroa havia alguns anos, e são o resultado do crescimento, no conselho real, da intransigência católica. Por trás das suas cláusulas, está o desejo mantido por este grupo desde o édito de Amboise de março de 1560 de retomar a repressão à Reforma nos moldes de Francisco I e Henrique II. Contrários a qualquer tipo de moderação com relação aos protestantes, os intransigentes impõem um pesado revés ao grupo que até poucos meses era liderado por Michel de L'Hospital²³⁹ quando as ordenações de Saint-Maur abrem-se sobre a afirmação de que é preciso voltar ao tempo em que

*les feus Rois de très louable mémoire, nos père et aïeul (que Dieu absolve) se montrant très-Chrétiens et protecteurs de la Sainte Eglise, se sont évertués par Edits et voie de justice, en conserver l'union, et réprimer la division de Religion, de leurs temps entrée en ce royaume, par prêches faits et assemblées cachées, et distribution de livres réprouvés*²⁴⁰.

A ruptura provocada pelo édito de Janeiro de 1562, que significava o fim da repressão ao protestantismo, havia gerado pesadas críticas, dentro e fora da Igreja, ao governo francês. De acordo com as ordenações, os protestantes seriam os verdadeiros responsáveis pelo édito, tendo a rainha-mãe, então regente, sido convencida de que a permissão da nova religião, nos termos em que era colocada, parecia o menor mal que se poderia fazer então. Para comporem o texto de 1562, os protestantes teriam convocado eles mesmos uma assembléia, e nela

*mirent plus grand nombre de ladite nouvelle opinion que de Catholiques, pour parvenir à leur fin, comme ils firent de la tolérance de l'exercice de deux religions par notre Edit provisionnel, fait le 17 Janvier audit an, 1561*²⁴¹. *Lequel notredite très honorée Dame et mère pour lors n'étant la plus forte, contre son opinion, laquelle a toujours été très-chrétienne, fut contrainte de laisser passer : comme*

²³⁹ As ordenações são promulgadas no mesmo mês em que L'Hospital é destituído do posto de chanceler (e 3 meses depois de ele ser afastado do conselho).

²⁴⁰ “os falecidos Reis, de mui louável memória, nossos pais e antepassados (que Deus absolva), mostrando-se mui Cristãos e protetores da Santa Igreja, esforçaram-se por Éditos e via de justiça em conservar a união, e reprimir a divisão de Religião, ingressada neste reino no seu tempo, por cultos feitos e assembléias escondidas, e distribuição de livros reprovados”, Stegmann, op.cit., p.59.

²⁴¹ Trata-se do édito de Janeiro de 1562, ou édito de Saint-Germain. A versão das *Ordonnances de Saint-Maur* publicada por André Stegmann traz os anos do édito de Janeiro e do de Amboise errados: o édito de Janeiro é de 1562 e o de Amboise de 1563 (Stegmann, op.cit., pp.62-63). Não nos foi possível consultar os documentos originais.

*aussi furent notre très-cher et très-aimé cousin le cardinal de Bourbon, et semblablement nos très-chers et bien aimés cousins les cardinaux de Tournon, duc de Montmorency, connétable et Maréchal de S.André, qui étaient des principaux et plus anciens conseillers et officiers de notre couronne, que les feus Rois nosdits sieurs père et frère, nous avaient laissé : Qui entre autres occasions qui les murent à tolérer ce que dessus, remontrèrent à notredite très-honorée Dame et mère, que c'était le moins de mal qu'on pouvait faire alors, vu que l'exercice de ladite nouvelle opinion demeurerait entièrement hors des villes*²⁴².

Segundo o texto das ordenações, a ruptura criada pela Reforma foi usada por um grupo para provocar a cisão do reino e assim proceder à sua conquista. A manobra para tornar legal o protestantismo seria uma forma de constituir, dentro de uma França dividida, um novo poder. O radicalismo católico francês procurava demonstrar que não havia nos protestantes franceses real interesse pela religião, apenas pela dominação do reino, interesse

*d'établir et constituer en ce Royaume une autre principauté souveraine pour défaire la notre ordonnée de Dieu, et diviser par tels artifices nos bons sujets de nous-mêmes, par le moyen de la permission dudit exercice de leur religion, et des assemblées qu'ils font sous couleur de leurs prêches et Cènes*²⁴³.

Se se acreditasse que os protestantes franceses eram indiferentes quanto à sua fé, isto é, se a religião não fosse o motor da sua ação e se a sua liberdade de consciência não estivesse em questão, eles poderiam ser combatidos pelo rei como simples rebeldes e criminosos de lesa-majestade. Nesses termos, a repressão ao protestantismo poderia ser retomada sem conciliações nem subterfúgios, e sem que a liberdade de consciência dos protestantes fosse cerceada.

Mas a influência do partido católico intransigente no conselho real, mais do que sobre o rei ele mesmo, e a transformação, que resulta das ordenações de Saint-Maur, dos protestantes em sediciosos é de curta duração e o édito de Saint-

²⁴² “puseram um maior número da dita nova opinião que de católicos, para realizarem o seu objetivo, como fizeram da tolerância do exercício de duas religiões por nosso Édito provisional, feito em 17 de janeiro de 1561. O qual nossa dita mui-honrada Senhora e mãe, não sendo então a mais forte, contra sua opinião, que foi sempre mui-cristã, foi obrigada a deixar passar. Como também foram nosso mui-carro e mui-amado primo, o cardeal de Bourbon, e igualmente nossos mui-caros e bem amados primos, os cardeais de Tournon, duque de Montmorency, condestável e Marechal de S.André, que eram dos principais e mais antigos conselheiros e oficiais da nossa coroa, que os falecidos reis nossos referidos pai e irmão deixaram-nos: que entre outras ocasiões que os levaram a tolerar o que foi dito acima, demonstraram à nossa dita mui-honrada Senhora e mãe, que era o menor mal que se podia fazer então, visto que o exercício da dita nova opinião permanecia inteiramente fora das cidades”, *ibid.*, p.61, grifos nossos.

²⁴³ “de estabelecer e constituir neste Reino um outro principado soberano para desfazer o nosso ordenado por Deus, e separar por tais artificios nossos bons súditos de nós mesmos, através da permissão do dito exercício da sua religião, e das assembléias que eles fazem sob a aparência dos seus cultos e Ceias”, *ibid.*, p.63.

Germain, que encerra a terceira guerra de religião, anula as ordenações. A instabilidade da legislação real acerca do protestantismo demonstra duas das consequências das guerras de religião para a França: o questionamento da autoridade do rei e o enfraquecimento da autoridade da lei. A dificuldade do poder real em impor o respeito às determinações dos éditos de pacificação era de certa forma o resultado das mudanças que L'Hospital e Catarina de Médici haviam introduzido no universo monárquico-religioso francês. A autoridade do rei, tradicionalmente, emanava da sua relação privilegiada com Deus, cuja representação estava na obrigação do monarca de manter a religião e defender a Igreja contra a heresia. Ao proporem uma estratégia que rompia com o axioma *une foi, une loi, un roi* o chanceler e a regente afastavam o rei daquilo que havia sido a fonte da sua identidade por séculos, e arriscavam-se a perder com ela também a sua autoridade. L'Hospital havia trabalhado no sentido de deslocar a autoridade dada pela fé na direção daquela dada pela lei, cuja representação, à diferença da primeira relação citada acima, entre o rei e Deus, era o poder soberano do monarca quanto à criação da lei, fruto de um conhecimento exclusivo e superior que ele tinha da situação do reino. Único capaz de dar a lei ao reino, o rei e suas decisões permaneceriam incontestáveis. O que se observou como decorrência do deslocamento pretendido por L'Hospital, no entanto, foi o questionamento de ambas as autoridades, a do monarca e a da lei. Os católicos intransigentes, que mantinham sua fidelidade ao rei sob a condição da fidelidade deste a Deus, viam no abandono da tradição as razões para o caos que progressivamente se instalava na França, na forma da permissão à liberdade de consciência e de culto dada aos protestantes, e concluíam que somente a restauração da tradição poderia dar solução ao caos, considerando-se portadores da autoridade providencial que deveriam reinstaurar no reino. De seu lado, os protestantes também acreditavam que a sua era uma missão divina, e que a lei, em conflito com Deus, era de nenhuma importância. A intenção de L'Hospital, portanto, de fortalecer a autoridade real pela lei, levou ao inverso, ao enfraquecimento tanto do rei quanto da lei. Na França da segunda metade do século XVI, católicos e protestantes consideravam-se livres para – e em certos casos, obrigados a – questionar e subverter os éditos reais, buscando por outros caminhos, os da guerra civil, reverter situações e decisões contrárias aos seus propósitos.

O édito de Saint-Germain é, nesse contexto, uma nova tentativa da Coroa de controlar as forças em conflito na França pela imposição da lei. Anulando as ordenações de Saint-Maur, o novo édito retoma os anteriores e amplia a legitimação da presença protestante no reino, em artigos que asseguram, por exemplo, igual direito de católicos e protestantes no acesso à saúde e à educação:

*Ne sera faite différence ni distinction pour raison de religion, à recevoir tant ès universités, écoles, hôpitaux, maladreries, qu'aumônes publiques, les écoliers, malades, et pauvres*²⁴⁴.

Após ter proibido o protestantismo na França pelas ordenações de Saint-Maur, a Coroa impunha uma nova lei ordenando expressamente que os protestantes tivessem reconhecidos os mesmos direitos que os católicos. Parte da explicação para essa nova mudança de posição é a entrada em cena de Carlos IX que, após o afastamento de L'Hospital, pretende retomar a política de equilíbrio tentada pelo chanceler e pela rainha-mãe, que, ela, “*par souci de mettre fin aux dissensions civiles et de rétablir la grandeur royale*”²⁴⁵, envolve-se na elaboração do édito e apóia o rei na sua decisão de abolir as ordenações de Saint-Maur, “*bien qu'elle reste toujours attachée à l'idéal de l'unité religieuse*”²⁴⁶. No édito de Saint-Germain, o rei aplica a idéia desenvolvida por L'Hospital em 1561, segundo a qual o pertencimento religioso não deveria interferir na relação entre o súdito e o rei. Cidadão, não importava que um francês fosse católico ou protestante, ele por um lado devia obediência ao rei e à lei, e por outro tinha que ter seus direitos respeitados. A coexistência buscada por Carlos IX baseava-se nesse mesmo princípio, mas poucos compartilhavam-no com o rei.

Dois anos depois da paz de Saint-Germain, o círculo vicioso em que a Coroa era pressionada por católicos e protestantes, levando-a do favorecimento dos protestantes à insatisfação dos católicos, e desta ao descontentamento dos protestantes, resultou mais uma vez no acirramento das tensões e em nova guerra civil. Como a primeira delas, em 1562, esta se iniciou com um massacre de protestantes. Mas as diferenças entre Wassy e a Noite de São Bartolomeu são profundas, sobretudo no que diz respeito ao envolvimento da Coroa.

²⁴⁴ “Não será feita diferença nem distinção em razão da religião para receber, tanto nas universidades, colégios, escolas, hospitais, leprosários quanto nas casas de caridade públicas, os estudantes doentes e pobres”, *ibid.*, p.72, art.15.

²⁴⁵ “por preocupação em pôr fim às dissensões civis e restabelecer a grandeza real”, Jouanna, *op.cit.*, p.186.

²⁴⁶ “mesmo que ela permanece ainda ligada ao ideal da unidade religiosa”, *id.*, *ibid.*, p.186.

No dia 17 de agosto de 1572 aconteceu em Paris o casamento de Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, com o novo rei da Navarra, o protestante Henrique de Bourbon²⁴⁷. O casamento, longamente planejado por Catarina de Médici e pela rainha da Navarra, Jeanne d'Albret, mãe de Henrique, era para a Coroa um elemento decisivo na tentativa de reconciliar os franceses divididos. Há uma série de explicações para as razões que levaram do casamento real ao massacre de protestantes, uma semana depois. O que resta como fato relativamente verificável é que, na madrugada de 23 para 24 de agosto, dia seguinte a um atentado contra a vida do almirante Gaspar de Coligny, chefe protestante maior na corte francesa, os protestantes de Paris foram perseguidos nas ruas e nas suas casas e mortos. O almirante foi a primeira vítima, e os relatos indicam que seu algoz foi o próprio duque de Guise, que realizava assim uma espécie de *vendetta* pessoal, pois se acreditava que Coligny havia sido o mandante na morte do duque de Guise pai. As perseguições e assassinatos na capital seguiram-se até o dia 29, e reproduziram-se em outras cidades do reino. Já a partir do dia 25 de agosto acontecem massacres de protestantes em Meaux; no dia seguinte, são reportadas perseguições em Orléans e Bourges. No dia 28, em Angers e Saumur. Em 31 de agosto, é a vez de os protestantes de Lyon serem atacados. Em 4 de setembro, Troyes, e no dia 17, Rouen. Em outubro, ainda há notícias de novos massacres acontecendo em Bordeaux, Toulouse, Gaillac e Albi.

Muito ainda se discute acerca da Noite de São Bartolomeu. Não havendo evidências suficientes que reconstituam plausivelmente a preparação dos massacres, a historiografia atual tende a considerar que o que depois se tornou uma carnificina generalizada foi primeiramente concebido pela Coroa como uma manobra de defesa contra uma possível retaliação protestante ao atentado a Coligny. Para Arlette Jouanna, com os membros do seu conselho o rei teria tomado a decisão de eliminar os principais chefes protestantes, os “huguenotes de guerra”²⁴⁸, depois da violenta reação ao ataque contra o almirante.

La fureur des compagnons de Coligny, leurs conciliabules, la décision un temps envisagée par quelques-uns d'entre eux de fuir Paris, ce qui équivaudrait à une rupture, lui font craindre le retour de la guerre civile. L'obsession de la subversion huguenote, attisée par le souvenir de la surprise de Meaux et des textes justifiant les prises d'armes de Louis de Condé en 1567-1568, resurgit ; l'idée d'un complot

²⁴⁷ Jeanne d'Albret havia morrido em 9 de junho de 1572, poucos dias antes da chegada do filho a Paris, fazendo dele rei da Navarra.

²⁴⁸ cf. id., *ibid.*, p.199 e Garrisson, 2002, p.154.

*antimonarchique, qui a déjà alimenté la propagande catholique au cours des guerres précédentes et qui servira après coup à justifier le massacre, fait sans doute renaître les appréhensions de Charles IX à ce moment-là*²⁴⁹.

Como Jouanna, Denis Crouzet e Janine Garrisson consideram aceitável a tese da participação determinante do rei na decisão de suprimir os líderes protestantes. Segundo Crouzet, Carlos IX teria optado por um “crime de Amor”²⁵⁰ para defender seu projeto de implantação da tolerância civil, objetivo maior por trás de todas as suas decisões. Para Janine Garrisson, o rei e a rainha-mãe suspeitavam das intenções de Coligny e do partido protestante, e sua ação seria então um massacre político, um crime de Estado²⁵¹ contra aqueles que colocavam em risco o seu governo e a monarquia.

O que emerge das discussões em torno à Noite de São Bartolomeu é a percepção de que houve uma primeira decisão tomada pela Coroa de matar todos os chefes protestantes que estavam em Paris para o casamento de Navarra e Margarida de Valois. O que aconteceu depois, o envolvimento da população parisiense, a generalização do massacre para além da capital, foi possivelmente o resultado da incapacidade da Coroa de impor sua autoridade e controlar um contingente de católicos que já há algum tempo se perguntava acerca da obediência devida a um rei que não respeitava seu compromisso com a Igreja. Como o episódio de 4 de setembro de 1557 – em que uma centena de calvinistas havia sido agredida e ameaçada por uma multidão parisiense enquanto era levada da casa em que havia se reunido para a prisão – a Noite de São Bartolomeu era a expressão de uma nova forma de violência, a

*violence collective d’hommes et de femmes qui se pensent possédés par l’Esprit de Dieu pour purifier le royaume de la présence de « luthériens » qui sont pour eux des bêtes sataniques*²⁵².

²⁴⁹ “O furor dos companheiros de Coligny, seus conciliábulos, a decisão por um tempo aventada por alguns deles de fugir de Paris, o que equivaleria a uma ruptura, fazem-no temer o retorno da guerra civil. A obsessão da subversão huguenote, atizada pela lembrança da surpresa de Meaux e dos textos justificando a tomada de armas de Louis de Condé em 1567-1568, ressurge; a idéia de um complô antimonárquico, que já havia alimentado a propaganda católica durante as guerras precedentes e que servirá depois para justificar o massacre, faz sem dúvida renascerem as apreensões de Carlos IX nesse momento”, Jouanna, op.cit., p.197.

²⁵⁰ cf. Crouzet, 1994, p.462.

²⁵¹ Garrisson, 2002, pp.152-158.

²⁵² “violência coletiva de homens e mulheres que se julgam possuídos pelo Espírito de Deus para purificar o reino da presença de “luteranos” que são para eles bestas satânicas”, Crouzet, 1994, p.461.

É igualmente difícil estabelecer o número total de mortos. Em toda a França, é possível que se tenha chegado a cem mil vítimas, entre duas e dez mil delas mortas em Paris²⁵³. Tentativas para conter os massacres e evitar um número tão grande de mortos foram feitas por Carlos IX já na tarde do dia 24 de agosto, quando o rei exige que a situação em Paris seja controlada e os excessos reprimidos. Carlos IX informa os governadores das províncias do que acontecia na capital e ordena que eles impeçam – pela proibição do porte de armas, a interdição de qualquer tipo de reunião e a reiteração das decisões dos éditos de paz – o mesmo desregramento de se repetir em outras cidades do reino.

As ordens do rei foram sem conseqüência. Independentemente de elas terem sido ou não acatadas pelas autoridades parisienses e pelos governadores das províncias francesas, os massacres prosseguiram e se espalharam pelo reino. E foram seguidos pela reação protestante. Se a intenção primeira da Coroa ao decidir pela eliminação dos chefes reformados era a de proteger-se de um possível ataque em resposta ao atentado contra Coligny, o desregramento e a exacerbação das perseguições e dos assassinatos resultaram na imediata tomada de armas protestante. Ao tentar defender-se, a Coroa provocou a ruptura da liderança calvinista francesa com o modelo de direito à resistência que ela vinha desenvolvendo desde o final da década de 1550, segundo o qual se estabelecia uma relação ideal entre os protestantes e a Coroa, e toda tomada de armas justificava-se na intenção de proteger o rei. Em 1560 os testemunhos calvinistas ouvidos sobre a Conjuração de Amboise haviam declarado que ela tinha o propósito de libertar o rei da prisão em que era mantido pelos Guise; em 1567, o príncipe de Condé havia dito que a marcha sobre Meaux era também uma tentativa de reconduzir o rei ao governo do reino. Em 1572, torna-se impossível aos protestantes repetir a mesma justificativa: a quarta guerra de religião é uma luta pela vida contra os católicos e contra o rei. Segundo Quentin Skinner, “todas as tentativas de conciliar a resistência ativa com a defesa da monarquia finalmente se viram postas de lado depois do massacre generalizado de protestantes”²⁵⁴.

²⁵³ cf. Erlanger, 1981, sobretudo pp.193-95 e Skinner, op.cit., p.516.

²⁵⁴ id., ibid., p.575.

O sonho renascentista²⁵⁵ de Carlos IX, as tentativas de Catarina de Médici de resguardar a Coroa operando um equilíbrio de forças entre católicos e protestantes, a proposta de Michel de L'Hospital de assentar a autoridade do rei sobre uma relativa secularização da sua função de promover a paz e o bem comum: três motivações para a política de coexistência seguida pela Coroa francesa a partir da década de 1560 destruídas pelos massacres de São Bartolomeu.

A quarta guerra de religião encerra o idílio protestante que acreditava no apoio do rei – apesar da presença de um conselho e de um governo desfavoráveis – e que pretendia assim instalar-se com segurança na França, política que Skinner chama de ficção²⁵⁶. As *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France*, de 1568, davam já conta dos eventos que levaram os protestantes a atribuir ao rei a intenção de eliminá-los, deslocando dessa forma a inimizade antes concentrada sobre os Guise. O autor das *Memoires* afirma que, enquanto em Vincennes o cardeal Odet de Châtillon negociava com os enviados de Carlos IX os termos do fim da segunda guerra civil, “l'on faisait à Paris actes tous contraires à la Paix”²⁵⁷: as cortes promulgavam decretos proibindo o exercício da religião protestante, e o “*Conseil du Roi les autorisait, et déclarait ne vouloir souffrir autre Religion que la Catholique*”²⁵⁸. Para todas as partes do reino partiam cartas nas quais se dizia “*que le Roi n'avait intention de faire la paix*”²⁵⁹.

Com a maioria dos seus chefes mortos ou convertidos, o partido protestante reorganiza-se a partir das províncias em que permaneceram concentrações consideráveis de calvinistas. No Dauphiné, no Languedoc e em Rouergue, assembléias protestantes decidem, em outubro de 1572, pela guerra. O primeiro confronto entre as duas forças é em La Rochelle, fortaleza protestante próxima a Bordeaux. Do lado de dentro, os protestantes; do lado de fora, a partir de fevereiro de 1573, o exército real com mais de 28 mil homens, entre eles os irmãos de

²⁵⁵ Denis Crouzet fala em “*rêve de la Renaissance*” para descrever o projeto, de influência neoplatônica, que Carlos IX, com Catarina de Médici e o chanceler Michel de L'Hospital, havia elaborado para restabelecer a concórdia na França (cf. Crouzet, 1994, pp.9-13).

²⁵⁶ cf. Skinner, op.cit., p.574.

²⁵⁷ “faziam-se em Paris atos totalmente contrários à Paz”, *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification...*, op.cit., s/p.

²⁵⁸ “Conselho do Rei os autorizava, e declarava não querer sofrer outra religião além da Católica”, *ibid.*, s/p.

²⁵⁹ “que o Rei não tinha intenção de fazer a paz”, *ibid.*, s/p.

Carlos IX – os duques de Anjou e de Alençon –, o duque de Guise e os recém-convertidos Henrique de Navarra e Henrique de Condé, filho e herdeiro do príncipe de Condé, morto em 1567 durante a batalha de Jarnac.

Foi possivelmente o convívio nas trincheiras de La Rochelle que provocou a aproximação de Alençon, Navarra e Condé, e deu assim início a um partido de moderados cujo denominador comum era o descontentamento em relação à Coroa. Segundo Jouanna,

*Les modérés se rassemblent autour du duc d'Alençon ; il est le seul de la famille royale à être exempt de tout soupçon de connivence dans les massacres du 24 août 1572. Le jeune duc, mécontent d'être tenu à l'écart des décisions militaires, laisse venir à lui les nobles désireux d'un changement de politique*²⁶⁰.

No centro do novo partido, uma mistura de idéias anteriormente defendidas pelo lado católico ou pelo protestante resultava na formação de uma corrente contrária ao governo, que acreditava que este seria agora dominado por Catarina de Médici e seus ministros italianos. Os *Malcontents* julgavam reconhecer nas decisões do conselho dos últimos anos a presença de uma força cuja intenção era destruir a grande nobreza francesa e instalar-se no seu lugar. O massacre de São Bartolomeu teria sido uma decisão pela eliminação da nobreza que se opunha à autoridade do conselho, e não unicamente dos protestantes. Em uma publicação de 1576, dirigida a Henrique III, sucessor de Carlos IX, o grupo de católicos e protestantes reunidos atribuirá a sua primeira ação conjunta ao massacre, que teria obrigado por um lado estes últimos a lutarem pela sua sobrevivência, e por outro aqueles primeiros, católicos moderados – isto é, contrários à eliminação do protestantismo e dos protestantes –, a defenderem uma monarquia que julgavam ameaçada pelos promotores dos massacres:

au mois d'Août 1572 (...), leurs dits ennemis et adversaires firent ce cruel massacre et meurtres en votre ville de Paris, non seulement d'aucuns Officiers de votre Couronne, Seigneurs, Chevaliers de votre ordre, Capitaines, gentilshommes et soldats, qui avaient porté les armes durant les troubles : mais par une haine invétérée et plus que barbare, n'épargnèrent ni sexe ni âge, de ceux de la Religion : et sans faire distinction de personnes, tuèrent ou noyèrent indifféremment tous ceux que bon leur sembla, pillèrent et saccagèrent leurs maisons.

Et non content de ce, firent tant que cet exemple fut suivi par toutes les autres villes de votre Royaume, du moins en la plupart d'icelui, de sorte que lesdits de la

²⁶⁰ “Os moderados se reúnem em torno ao duque de Alençon; ele é o único da família real isento de qualquer suspeita de conivência nos massacres de 24 de agosto de 1572. O jovem duque, descontente em ser mantido afastado das decisões militares, deixa virem a ele os nobres desejosos de uma mudança de política”, Jouanna, op.cit., p.212.

Religion voyant cette fureur et rage effrénée ne prendre point de cesse, quelque commandement qu'en fit le feu Roi votre frère, ne purent ceux qui étaient échappés, autre chose faire que se tenir ensemble unis le plus qu'ils purent, et par tous les moyens repousser telles violences et cruautés.

*La même occasion qui non seulement faisait injustice aux particuliers ainsi éloignés, mais en conséquence nécessaire troublait tout l'état de votre Royaume, a été cause que les Princes de votre sang, officiers de votre Couronne, sieurs gentilshommes et autres Catholiques, pour la manutention et soutien de votre état et Couronne, comme vos très humbles et très obéissants sujets et serviteurs, ont été contraint aussi prendre les armes, pour réprimer telles et si grandes entreprises contre votre dit État: joint que les auteurs desdits troubles prévoyant l'empêchement que lesdits Princes, officiers et gentilshommes devaient, par le devoir de leurs charges, donner à leurs mauvais desseins, ont fait plusieurs et diverses entreprises, contre les principaux d'entre'eux, tant pour les faire assassiner, tuer, qu'emprisonner*²⁶¹.

O massacre teria assim servido aos protestantes e católicos moderados como uma demonstração de que as suas causas respectivas poderiam ser reunidas em uma só e ampla defesa do reino. O cerco de La Rochelle, por sua vez, foi a ocasião em que a proximidade das intenções começou a se tornar associação de forças. O cerco seria outra oportunidade, criada pelos conselheiros italianos, para dizimar a “melhor nobreza da França”²⁶², reunida nas trincheiras sob a fortaleza protestante. O sentido dessa eliminação seria afastar do rei aqueles que tinham a “*mission sacrée de défendre les anciennes lois du royaume*”²⁶³, e assim subvertê-

²⁶¹ “no mês de agosto de 1572 (...), seus ditos inimigos e adversários fizeram esse cruel massacre e assassinatos em vossa cidade de Paris, não apenas de alguns Oficiais da vossa Coroa, Senhores, Cavaleiros da vossa Ordem, Capitães, fidalgos e soldados, que tinham portado armas durante os distúrbios, mas por um ódio inveterado e mais do que bárbaro, não pouparam nem sexo nem idade dos da Religião, e sem fazerem distinção de pessoas, mataram ou afogaram indiscriminadamente todos os que lhes apeteceu, pilharam e saquearam as suas casas. E não contentes com isso, tanto fizeram que esse exemplo foi seguido por todas as outras cidades do vosso Reino, ao menos na maior parte deste, de modo que os ditos da Religião, vendo esse furor e raiva desenfreada não cessarem, mesmo com ordem dada pelo falecido Rei vosso irmão, não puderam os que haviam escapado fazer outra coisa senão manter-se unidos juntos o mais que puderam, e por todos os meios rechazar tais violências e crueldades. A mesma ocasião que não apenas fazia injustiça aos particulares assim afastados, mas como consequência obrigatória perturbava todo o estado do vosso Reino, foi causa por que os Príncipes do vosso sangue, oficiais da vossa Coroa, senhores fidalgos e outros Católicos, para a manutenção e apoio do vosso estado e Coroa, como vossos muito humildes e muito obedientes súditos e servidores, foram obrigados também a armarem-se para reprimir tais e tão grandes empresas contra vosso dito Estado; e como os autores das ditas perturbações previam o impedimento que os ditos Príncipes, oficiais e fidalgos deviam, pelo dever dos seus cargos, dar aos seus maus desígnios, fizeram várias e numerosas empresas contra os principais dentre eles, tanto para assassina-los, mata-los, quanto para prendê-los”, *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575. Contenant la requeste et articles presentez au Roy par M. le Prince de Condé, Seigneurs et gentils-hommes de la Religion: M. le Mareschal de Danville, Seigneurs et gentils-hommes Catholiques associez. L'ample pourparler des deputez desdits S. Prince, Mareschal, Seigneurs et gentilshommes, en presence du Roy, avec la Royne sa mere, et quelques conseillers. Avec la responce du Roy ausdits articles*, 1576, pp.7-8.

²⁶² Jouanna, op.cit., p.212.

²⁶³ “missão sagrada de defender as antigas leis do reino”, Jouanna et al., op.cit. p.1068.

las, colocando em seu lugar outras, baseadas no direito romano – o que demonstrava a influência italiana –, e dominar o reino.

A reunião de católicos (alguns deles protestantes convertidos pela Noite de São Bartolomeu) em torno ao duque de Alençon incitada pelo massacre de São Bartolomeu e iniciada durante o cerco de La Rochelle aumentará em número e em importância depois da guerra. Os irmãos de Montmorency – François de Montmorency, Henri de Damville, governador do Languedoc, Guillaume de Thoré e Charles de Méru –, seu sobrinho – o visconde Henri de Turenne –, e seu primo Artus de Cossé, marechal da França, juntam-se a Alençon, Navarra e Condé, e tornam-se também chefes *malcontents*. Suas clientelas engrossam as fileiras do novo partido, que em 1575 tornará público o seu rompimento com a Coroa.

Em fins de maio de 1573, Henrique de Anjou é eleito rei da Polônia. Os embaixadores enviados pela corte francesa trabalharam arduamente para convencer a forte minoria protestante polonesa de que o duque não havia tido participação nos massacres de São Bartolomeu. A diplomacia francesa compreendeu que o cerco a uma cidade protestante, do qual Anjou, como lugar-tenente geral, era o comandante, não poderia continuar: “*il doit absolument passer pour un prince tolérant*”²⁶⁴, sublinha Jouanna. Menos de um mês depois de receber a notícia da sua eleição para o trono polonês, Anjou entra em acordo com os sitiados de La Rochelle, e em 6 de julho o cerco é suspenso. Poucos dias depois, em 11 de julho, antes mesmo do fim do cerco de Sancerre, que permanecia sitiada pelos exércitos reais, Carlos IX assina o édito de pacificação de Boulogne.

São poucas as diferenças entre este e os anteriores. A liberdade de consciência é garantida aos protestantes de todo o reino em um artigo que se refere, indiretamente, às conversões derivadas da Noite de São Bartolomeu:

*quant à tous autres de ladite religion prétendue réformée, qui sont demeurés en icelle religion jusques à présent, leur permettons se retirer en leurs maisons, où ils pourront être et demeurer, et par tous les autres endroits de notre Royaume aller, venir, et vivre en toute liberté de conscience*²⁶⁵.

²⁶⁴ “ele deve absolutamente passar por príncipe tolerante”, Jouanna, op.cit., pp.212-213.

²⁶⁵ “quanto a qualquer outro da dita religião pretensamente reformada, que tiverem permanecido nessa religião até o presente, permitimo-lhes retirarem-se em suas casas, onde poderão estar e permanecer, e em todos os outros lugares de nosso Reino irem, virem e viverem em toda liberdade de consciência”, Stegmann, op.cit., p.88.

Já quanto à liberdade de culto, o édito de Boulogne é muito menos favorável aos protestantes do que os anteriores. No artigo 4º do édito, que trata desse tema, o rei designa apenas três cidades do reino onde poderá haver culto, e apenas privadamente, La Rochelle, Montauban e Nîmes:

*pour donner occasion à nos sujets, manants et habitants de nosdites villes de La Rochelle, Montauban et Nîmes, de vivre et demeurer en repos, leur avons permis et permettons l'exercice libre de la Religion prétendue réformée dans lesdites villes, pour icelui faire faire en leurs maisons et lieux à eux appartenant, hors toutefois des places et lieux publics, pour eux, leurs familles, et autres qui s'y voudront trouver*²⁶⁶.

O descontentamento com esse artigo em particular, e com o édito em geral, é grande. Parte das forças protestantes recusa-se a baixar as armas. No seu papel de “príncipe tolerante”, o duque de Anjou, antes de partir para a Polônia, concede aos habitantes de Nîmes e de Montauban o direito de proporem outros artigos, que considerem mais apropriados. O resultado é um documento, significativamente datado de 24 de agosto de 1573 – um ano exatamente após a Noite de São Bartolomeu –, em que os protestantes pedem, entre outros pontos, liberdade total de culto no reino.

As cláusulas não são aceitas pelo rei, e, segundo Jouanna, “*ces articles provoquent la fureur de la reine mère*”²⁶⁷. Em 1574, cerca de um ano após o fim da quarta guerra de religião, a situação na França permanecia tensa: os protestantes reuniam-se em assembleias com frequência crescente, e nos debates mantidos ali, fortalecia-se a tendência a considerar tirânico e ilegítimo o reinado de Carlos IX. No início do ano, a fratura do campo católico – anunciada pela aproximação, durante o cerco de La Rochelle, de alguns católicos descontentes (com relação às decisões da Coroa), do duque de Alençon, do rei da Navarra e do príncipe de Condé – alarga-se. Alençon e Henrique de Navarra são impedidos de deixar a corte devido ao temor generalizado entre os católicos intransigentes de que eles tomassem a frente dos exércitos protestantes e liderassem uma revolta contra a autoridade do conselho.

²⁶⁶ “para dar condição aos nossos súditos, aldeãos e habitantes das nossas ditas cidades de La Rochelle, Montauban e Nîmes, de viverem e permanecerem em tranqüilidade, permitimo-lhes o exercício livre da Religião pretensamente reformada nas ditas cidades, para fazê-los fazer em suas casas e lugares pertencendo a eles, à exceção todavia das praças e lugares públicos, para eles, suas famílias, e outros que quiserem participar”, *ibid.*, pp.87-88.

²⁶⁷ “esses artigos provocam a fúria da rainha-mãe”, Jouanna, *op.cit.*, p.214.

Em fevereiro, começa a quinta guerra de religião. Será uma guerra pouco movimentada, decidida por acontecimentos externos aos campos de batalha. O primeiro deles: em 30 de maio de 1574, morre o rei. Henrique de Anjou, agora rei da Polônia, pretende assumir o trono, mas a distância e o novo cargo afastam-no da França.

A principal preocupação do reinado de Carlos IX e da regência de Catarina de Médici havia sido a preservação da autoridade real enfraquecida pelas disputas entre clãs, entre católicos e protestantes, entre a Igreja de Roma e a da França, e entre os parlamentos e os representantes da monarquia. Com o passar dos anos e o acirramento brutal dos conflitos entre católicos e protestantes – que conduziram à Noite de São Bartolomeu e à formação de um partido de nobres descontentes apoiados por um membro da família real e dois príncipes de sangue –, a Coroa reconheceu a necessidade de empenhar-se mais e mais no desenvolvimento de novas formas e novas práticas de poder, com o objetivo de fortalecer sua posição de superioridade e comando. Frutos dessa progressão são as mudanças inseridas no édito de Boulogne, que surgem com mais clareza quando ele é comparado com os tratados de paz anteriores. Além das distinções no que se refere à permissão do culto protestante no reino, o édito distancia-se dos anteriores quanto ao tom – essa é talvez a mudança mais importante. No discurso pacificador que tradicionalmente abre os éditos reais, o preâmbulo que informa as razões que levaram a eles e que os justificam, é relembrada a subordinação que liga à Coroa todos os seus súditos. Nas aberturas dos éditos de Amboise, Longjumeau e Saint-Germain a necessidade de pacificação era explicada pelos “*troubles*” que levavam o reino à guerra, sem que se fizesse menção ao dever de obediência que caracterizava a relação dos súditos com o rei. O édito de Janeiro de 1562, anterior à primeira guerra de religião, fazia já a análise que aparecerá nos preâmbulos dos tratados de paz a partir do ano seguinte, segundo a qual os conflitos eram resultado das divisões – nomeadamente, na religião – que se instalaram no reino:

*On sait assez quels troubles et séditions se sont depuis ça et de jour en jour suscitées, accrues et augmentées en ce Royaume, par la malice du temps, et de la diversité des opinions qui règnent en la religion*²⁶⁸.

²⁶⁸ “Sabemos suficientemente quais perturbações e sedições foram desde então e dia-a-dia suscitadas, aumentadas e alargadas nesse Reino, pela malícia do tempo, e da diversidade das opiniões que reinam na religião”, Stegmann., p.8.

O édito de Amboise, que em 1563 encerra a primeira guerra de religião, tem sentido semelhantes ao anterior:

*Chacun a vu et connu comme il a plu à notre Seigneur, depuis quelques années en çà, permettre que ce notre Royaume ait été affligé et travaillé de beaucoup de troubles, séditions et tumultes, entre nos sujets élevés et suscités de la diversité des opinions pour le fait de la Religion, et scrupules de leurs consciences*²⁶⁹.

O preâmbulo do édito seguinte, de Longjumeau (1568), considera já os males produzidos pela reincidência da guerra: “*Considérant les grands maux et calamités advenues par les troubles et les guerres, desquels notre Royaume a été depuis quelque temps, et est encore de présent affligé*”²⁷⁰.

Ele será repetido pela Paz de Saint-Germain (1570), com apenas uma pequena alteração quanto à duração das guerras, que afligiam o reino há algum tempo – no édito de Longjumeau – ou que já o afligiam longamente: “*Considérant les grands maux et calamités advenus par les troubles et guerres desquelles notre Royaume a été **longuement** et est encore de présent affligé*”²⁷¹.

O preâmbulo do édito de Boulogne tem outro tom. A religião, sua divisão no reino e a divisão que provoca nele, os conflitos, sedições e males que geram a guerra e dela resultam não são mencionados. No lugar que essa temática havia ocupado nos tratados anteriores, o de Boulogne traz simultaneamente a determinação da relação específica que une o rei e seus súditos – em que um tem o dever de mandar e os outros de obedecer – e a afirmação da intenção daquele de ver sua autoridade respeitada, isto é, de receber dos súditos a obediência que lhe devem:

*Notre intention a toujours été, et est, à l'exemple de nos prédécesseurs, de régir et gouverner notre Royaume, et recevoir de nos sujets l'obéissance qui nous est due, plutôt par douceur et voie amiable que par force*²⁷².

²⁶⁹ “Cada um viu e percebeu como Deus quis, desde alguns anos, permitir que esse nosso Reino fosse afligido e atingido por muitas perturbações, sedições e tumultos, entre nossos súditos levantados e suscitados pela diversidade de opiniões pela causa da Religião, e escrúpulos das suas consciências”, *ibid.*, p.32.

²⁷⁰ “Considerando os grandes males e calamidades advindos por causa das perturbações e das guerras, das quais nosso Reino é, **desde algum tempo**, e continua sendo presentemente atingido”, *ibid.*, p.53, grifo nosso.

²⁷¹ “Considerando os grandes males e calamidades advindos por causa das perturbações e das guerras das quais nosso Reino **foi longamente** e continua sendo presentemente atingido”, *ibid.*, p.69, grifo nosso.

²⁷² “Nossa intenção sempre foi, e é, segundo o exemplo dos nossos predecessores, de reger e governar nosso Reino, e receber dos nossos súditos a obediência que nos é devida, antes por doçura e via amável do que por força”, *ibid.*, p.86.

A resistência dos membros dos parlamentos em registrar as ordens reais, a desobediências a elas, o crescimento das forças contrárias à Coroa, em suma, o enfraquecimento da autoridade real já diagnosticado por Michel de L'Hospital e Catarina de Médici, levam-na a insistir em um processo de fortalecimento que é duplamente estrutural, intervindo tanto no que se refere à legislação e à administração do reino, quanto na afirmação da diferença que existe entre o rei e os demais membros e súditos do reino, diferença que, progressivamente, será associada a uma marca específica do rei, a soberania.